



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
DO DISTRITO DE INGLESES DO
RIO VERMELHO,
FLORIANÓPOLIS 1950 - 2018**

BRUNO CERINO DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS, 2018

BRUNO CERINO DOS SANTOS

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE INGLESES DO RIO VERMELHO,
FLORIANÓPOLIS 1950 - 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia, do Centro de Ciência Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isa de oliveira Rocha

**FLORIANÓPOLIS – SC,
2018**

BRUNO CERINO DOS SANTOS

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE INGLESES DO RIO VERMELHO,
FLORIANÓPOLIS 1950 – 2018.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, no Curso de Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Isa de Oliveira Rocha
UDESC – Universidade do Estado
de Santa Catarina

Membra:

Prof^ª. Dr^ª Giselli Ventura de Jesus
UFSC – Universidade Federal de Santa
Catarina

Membro:

Prof. Dr. José Messias Bastos
UFSC – Universidade Federal de Santa
Catarina

FLORIANÓPOLIS, 06/12/2018

AGRADECIMENTOS

Esta etapa que se conclui de um processo que começou em 2014/2, e que foi acompanhado por importantes pessoas, da qual devo os mais generosos agradecimentos. A começar pela minha família, pequena, porém grande em determinação, coragem, humildade, generosidade e amor, a vocês: pai e mãe, agradeço pela oportunidade que me proporcionaram todos esses anos de várias formas, eu amo vocês.

A minha namorada Sofia, muito importante nesta trajetória. Por isso tem sido uma honra estar ao seu lado e uma tremenda sorte no meio desse caos,

Outro agradecimento muito importante é para minha professora e orientadora, Isa de Oliveira Rocha, pessoa magnífica e acolhedora que tem me inspirado com sua dedicação a geografia, ciência pela qual sou apaixonado.

E por fim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra fizeram parte desta jornada que está apenas começando.

A CIDADE

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusória de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

(Chico Science)

RESUMO

O trabalho em questão objetiva apresentar o processo de urbanização do distrito de Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis, 1950 – 2018. A transformação espacial do distrito de Ingleses do Rio Vermelho ao longo do tempo está integrada com a formação sócio-espacial (SANTOS, 1977; MAMIGONIAN, 1999) de Florianópolis e que pode ser analisada em três fases distintas (BASTOS, 2001): uma primeira fase caracterizada pela ascensão da pequena produção mercantil (século XVIII-XIX); a segunda fase está marcada pela decadência desta pequena produção mercantil (século XIX-XX); uma terceira vinculada à ascensão do capital industrial em Santa Catarina e ao fortalecimento dos investimentos públicos em Florianópolis a partir de meados do século XX. Para analisar os resultados deste processo foram realizadas revisão bibliográfica, análises de bases de dados e das fotografias aéreas de 1938, 1957, 1994, 2002, 2010 e 2016. Assim, acreditamos que a recente expressiva urbanização do distrito de Ingleses do Rio Vermelho, com um aumento populacional significativo, pode aprofundar as diferenças sociais que por sua vez geram violências generalizadas.

Palavra Chave: Urbanização, Florianópolis, Ingleses do Rio Vermelho

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho

MAPA 2 – Planalto e litoral do Estado de Santa

MAPA 3 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1938)

MAPA 4 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1955)

MAPA 5 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1977)

MAPA 6 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1994)

MAPA 7 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2002)

MAPA 8 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2010)

MAPA 9 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2016)

MAPA 10 - Zoneamento do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2014)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ingleses do Rio Vermelho

FIGURA 2 – Habitat rural açoriano

FIGURA 3 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1938)

FIGURA 4 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1955)

FIGURA 5 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1977)

FIGURA 6 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1994)

FIGURA 7 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2002)

FIGURA 8 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2010)

FIGURA 9 - Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2016)

FIGURA 10 – Limites dos Bairros do Distrito de Ingleses do Rio vermelho

FIGURA 11 – Bairro Capivari (2018)

FIGURA 12 - Bairro Capivari (2018)

FIGURA 13 - Bairro Ingleses Sul (2018)

FIGURA 14 - Bairro Ingleses Sul (2018)

FIGURA 15 - Ingleses Centro (2018)

FIGURA 16 - Ingleses Centro (2018)

FIGURA 17 – Vila Arvoredo (2016)

FIGURA 18 – Vila Arvoredo (2016)

FIGURA 19 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo (2017)

FIGURA 20 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo (2017)

FIGURA 21 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo (2017)

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição e crescimento da população por distrito

TABELA 2 - Crescimento urbano do litoral catarinense

TABELA 3 - Brasileiros natos, em Florianópolis, por lugar de nascimento

TABELA 4 - Região mais violenta de Florianópolis

TABELA 5 - Bairros com mais mortes violentas

TABELA 6 - Rendimento por bairro

TABELA 7 - Admissões e desligamentos (2016)

TABELA 8 - Atividade econômica por setor

TABELA 9 - Subsetor de Atividade Econômica

TABELA 10 - Remuneração Média por escolaridade

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. AS ETAPAS DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO NA ILHA DE SANTA CATARINA	23
1.1 A ocupação indígena	23
1.2. As disputas entre Portugal e Espanha.....	26
1.3. A imigração açoriana: e a presença da pequena produção mercantil.....	27
1.4. Panorama das fases de urbanização de Florianópolis	29
2. INGLESES DO RIO VERMELHO	35
2.1. Quadro natural.....	36
2.2. Aspectos históricos.....	38
3. A POPULAÇÃO E A RECENTE URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE INGLESES DO RIO VERMELHO	60
3.1 Os Planos Diretores de Florianópolis.....	63
3.2 A questão da habitação.....	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	84

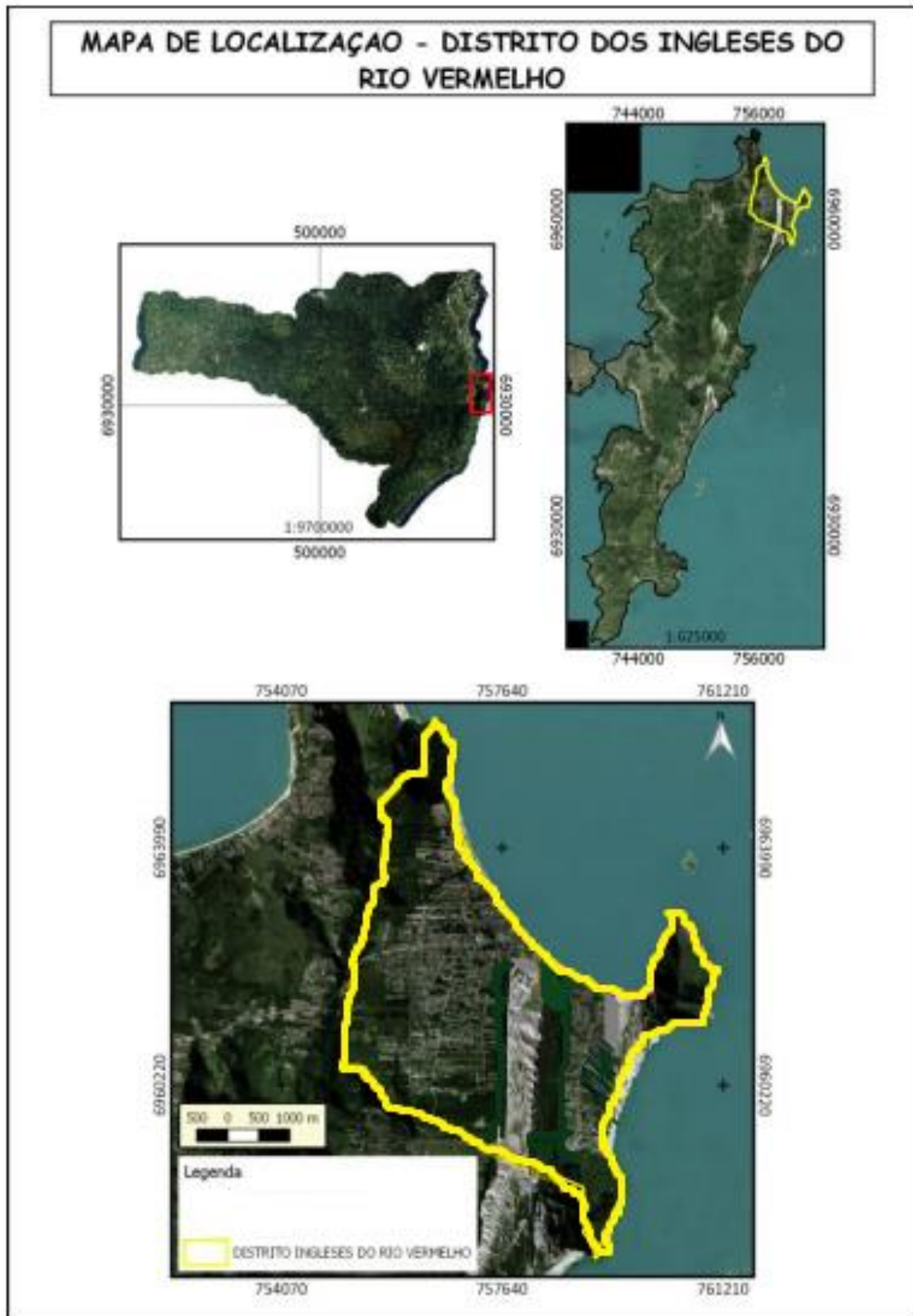
INTRODUÇÃO

Atualmente, o distrito de Ingleses do Rio Vermelho é uma das áreas mais populosas da Ilha de Santa Catarina e um dos principais pontos turísticos da capital catarinense. Sua área central compreende o principal foco de investimentos em infraestrutura na porção insular norte. Por isso, tornou-se uma das regiões mais valorizadas do município de Florianópolis. Assim, quando o espaço urbano se torna uma mercadoria manipulada pelos agentes imobiliários, proprietários fundiários e o estado, as áreas passam a ter preferência dos investimentos públicos em infraestrutura se houver a possibilidade de obtenção de lucro para o capital privado.

Desta forma, visualiza-se no atual distrito de Ingleses do Rio Vermelho uma diferenciação social representada pelo espaço, isto é, o próprio local pode ajudar a definir as possibilidades e os limites da população. Portanto, um conjunto de contradições se estabelecem na vida social, como: a habitação e preservação ambiental; segurança e violência; e o espaço tradicional e o moderno entram em conflito.

Por isso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o processo de urbanização do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, situado na porção norte/nordeste da Ilha de Santa Catarina, com uma área de aproximadamente 20,47 km² ou 5% da área total da Ilha, distante 36 km do centro de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. (Mapa 1)

Mapa 1- Localização do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho



Fonte: Adaptado de Bittencourt (2016).

O fenômeno da urbanização faz parte de um movimento que se processa em quase todas as sociedades humanas. Desta forma, a urbanização do distrito de Ingleses do Rio Vermelho não pode ser focalizada, apenas, como uma área isolada, deve ser analisada através da compreensão de totalidade espacial, a partir do paradigma teórico-metodológico de formação sócio-espacial, proposto por Milton Santos (1977) e revigorado pelo professor Armen Mamigonian e seus discípulos para a compreensão da realidade sócio-espacial nas escalas geográficas mundial, nacional, regional e local.

A formação sócio-espacial permite analisar a concreticidade de uma sociedade; sendo esta uma realidade histórica, geograficamente localizada (BASTOS e CASARIL, 2016). A isto, liga-se a produção, da qual o trabalho do homem transforma o espaço, por isso, uma segunda natureza. Além disto, seu estudo possibilita *“a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...], mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução”* (SANTOS, 1977, p.84 apud BASTOS e CASARIL, 2016, p. 278). Assim, o primeiro passo é compreender que a ocupação do litoral catarinense, da mesma forma que a sociedade brasileira, insere-se no movimento de acumulação primitiva do capital europeu a partir dos séculos XVI-XVII.

Para este movimento histórico é de suma importância a proposta de Ignácio Rangel, que aborda de maneira brilhante o nascimento, evolução e morte de modos de produção dominantes instalados na formação social brasileira, vinculado à economia mundial em movimento cíclico, do qual ele chamou de dualidade (RANGEL, 1981). Desta forma, a ocupação portuguesa nas posses meridionais da América que ocorreu tardiamente, comparada às terras do Norte e Nordeste do Brasil, em cujas extensas áreas de clima quente (Equatorial e Tropical), com superabundância de terras e escassez de mão-de-obra, ocorreram à produção para exportação (açúcar), concretizadas com o uso do trabalho escravo (RANGEL, 1981).

Quando outras áreas brasileiras já produziam para um mercado externo metropolitano, o sul não tinha condições de concorrer para esse comércio, pois aí não se podiam obter produtos tropicais. Este fator de ordem natural, a subtropicalidade, influenciando nas modalidades de aproveitamento econômico, foi, pois, o responsável pela tardia efetivação do povoamento do sul. O desenvolvimento da economia regional estaria, pois, na dependência da ampliação dos mercados internos. E está só se deu tardiamente” (MONTEIRO, 1967, p.88).

Foi somente no século XVIII, que a Coroa Portuguesa,

Através do conselho ultramarino de Lisboa, vislumbra um projeto político de ocupação efetiva da área. Para tanto, estabeleceu um conjunto de medidas,

entre as quais, implementação, na referida área de fortificação, de grandes manufaturas e ainda, estabelecimento de casais açoriano e madeirense. (SILVA, 1999, p.61)

Outros elementos consideram-se na ocupação de Santa Catarina, como a busca por aluviões auríferos e o insucesso da produção de açúcar em São Vicente que levou ao surgimento de uma economia pastoril e extrativa que se expandiu do litoral paulista em direção ao sul, com a fundação de Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco, Desterro e Laguna, no século XVII (SOUTO MAIOR, 1968; MAMIGONIAN, 1998).

O estabelecimento dos três núcleos vicentistas iniciais em Santa Catarina ocorreu em locais com acesso marítimo seguro e estratégico, originando as atuais cidades de São Francisco do Sul (1658), Florianópolis (1675) e Laguna (1676). “*Completando as conquistas territoriais dessa corrente vicentista, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento (1680) no rio da Prata*” (MAMIGONIAN, 1998, p. 68), defronte a Buenos Aires.

O deslocamento de parte dos vicentistas, que partindo de São Vicente organizam-se em correntes de povoamento que atingem o planalto e o litoral. Em todas elas há um deslocamento de bandeirantes que levam consigo sua família, seus escravos negros, seus gados e miúdos, as suas ferramentas e armas” (VIANNA, 1938 apud VIEIRA e PEREIRA, 1997, p.455).

Estes movimentos estavam relacionados ao Tratado de Utrecht (1715) que reforçava a presença portuguesa na Ilha de Santa Catarina. Para esses efeitos, as autoridades portuguesas começaram a tomar as primeiras providências, como por exemplo: o conhecimento mais apurado do litoral da Ilha de Santa Catarina; exame da qualidade da área; a segurança das embarcações; a verificação de abundância de peixe e a possibilidade da pesca da baleia (MAMIGONIAN, 1998).

A garantia da ocupação e do acesso à região platina no século XVIII foi também viabilizada por meio da presença de várias fortificações na Ilha de Santa Catarina e entorno.

Foram construídas em poucos anos quatro fortificações na entrada das baías norte e sul, entre a ilha e o continente (Anhatomirim – 1739, Ponta Grossa – 1740, Ratonas – 1740 e Barra do Sul – 1742) e mais tarde três junto a Desterro (1761-71). Assim, a ilha se tornou o lugar mais fortificado da parte meridional da América portuguesa” (MAMIGONIAN, 1998, p. 70).¹

¹ O complexo defensivo (fortificações) não conteve em 1777 a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina.

Paralelamente à construção das fortificações foram instaladas, ao longo da costa catarinense, armações baleeiras e pequenas propriedades com famílias oriundas das Ilhas dos Açores e Madeira. Este se constitui no segundo povoamento português do litoral de Santa Catarina (1748-1756), caracterizado pelo desenvolvimento de diversificada pequena produção mercantil (SILVA, 1992).

Tal contingente açórico-madeirense também atuou na pesca e beneficiamento da baleia (nas Armações²), de onde se extraía o óleo que era exportado para a Europa (Inglaterra, Alemanha, Holanda e França), utilizado nos séculos XVIII e XIX na iluminação, na construção civil, na conservação da madeira e nas mais diversas manufaturas, como lubrificante etc. Além disso, os pequenos produtores desempenharam um papel significativo como fornecedores de alimentos para a população da capital catarinense e de outras cidades e regiões, como o caso das remessas de farinha de mandioca para o Rio de Janeiro e Nordeste do país (nos períodos de secas prolongadas) (BASTOS, 2000).

Na Ilha de Santa Catarina a ocupação ocorreu

De forma nucleada, sendo a parte central (o Centro) o ponto de chegada desses açorianos. Segundo o documento de 1797, feito pelo Governador de Santa Catarina, Miranda Ribeiro havia três freguesias: na parte central Nossa Sr^a do Desterro, a primeira a ser ocupada (1673); em segundo surgem tanto a freguesia de Nossa Sr^a da Conceição da Lagoa (1750) como a freguesia de Nossa Sr^a das Necessidades e Santo Antônio (1750), uma à leste da Ilha e outra ao Norte. (JESUS, 2015, p. 6304)

Ao longo do século XIX verificou-se a expansão do povoamento de origem açoriana e madeirense, com a fundação de novos núcleos na Ilha de Santa Catarina, dentre os quais o denominado São João Batista do Rio Vermelho, responsável pela gênese da ocupação dos Ingleses do Rio Vermelho – atual distrito de Florianópolis e objeto deste presente estudo.

Fundaram-se freguesias, logo de início, como São Miguel, São José, Enseada de Brito e Santa Ana (Vila Nova e Mirim), no continente fronteiro à Ilha de Santa Catarina, e nesta N. Sra. das Necessidades e Santo Antônio e N. Sra. Da Conceição da Lagoa. Posteriormente, no decorrer do século XIX, na Ilha de Santa Catarina, como consequência da evolução demográfica das populações luso-açorianas tem-se a criação de N. Sra. da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras e Santíssima Trindade (PIAZZA, 1983, p.152).

² As armações de baleia eram manufaturas compostas por edificações, como trapiches, rampas, engenho de frigar baleias, fornalhas, capela, moradias (administradores, feitores), senzalas (escravos) etc. (ELLIS, 1969)

Essa frente povoadora inédita de pequenas propriedades no litoral sulino do Brasil eram “*organizações produtivas, constituídas de pequenos agricultores que se concentravam nas encostas das elevações e em seus suaves declives, e os pescadores, em maior número, estabeleciam-se próximos à beira-mar, conforme o relato de Mawe*” (SILVA, 1992, p. 71).

No limiar do século XX, com advento de uma crise que emerge na década de 1920 e se concretiza com a quebra da bolsa de Nova Iorque, configura-se uma nova estrutura socioeconômica brasileira, fortalecida com a Revolução de 1930, firmado numa aliança entre a burguesia industrial (dissidência dos comerciantes) e os latifundiários. “*Esta nascente burguesia industrial desenvolveu mecanismos no sentido de proteger os ramos da substituição de importação, notadamente, os setores têxteis, calçados e alimentos*” (SILVA, 1999, p. 70). Bastos (2007) coloca que neste período também ocorreu radical transformação na organização espacial com priorização do transporte de cargas pelo sistema rodoviário em detrimento de cabotagem. No contexto catarinense, continua Bastos: “*as cidades portuárias de São do Sul, Florianópolis e Laguna atrelada nas suas relações econômicas ao sistema de cabotagem, foram as mais atingidas*” (BASTOS, 2007, p.271). Assim, este movimento proporcionou um aumento populacional das cidades.

A crescente urbanização, com a transformação dos povoados em balneários de veraneio e atração turística, principalmente a partir das décadas de 1960/70, resultou na ocupação e privatização de terras devolutas – comunais – e o parcelamento urbano das pequenas propriedades, levando os pequenos produtores e pescadores locais ao processo de proletarização (CAMPOS, 1991).

Posto isto, a seguir busca-se verificar como o processo de transformação da área rural para urbana transcorreu em Ingleses do Rio Vermelho e assim, elencou-se como objetivo principal: analisar o desenvolvimento urbano do distrito de Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis/SC a partir de sua formação-sócio-espacial no período de 1950 a 2018. Para tanto, os objetivos específicos são:

1. Verificar o papel dos aspectos físicos na ocupação humana do lugar ao longo do tempo, a partir de uma perspectiva explicativa de totalidade e de inter-relação entre os elementos da natureza e da sociedade.
2. Investigar o desenvolvimento da ocupação da área de estudo, destacando o período de 1950 a 2018.
3. Identificar as diferenças sociais e espaciais no atual processo de urbanização do distrito.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho permitem chegar a resultados que satisfaçam a pesquisa, com a finalidade de extrair conclusões fundamentadas sobre o estudo. Para isto, serão realizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, apresentação e análise de dados referentes à evolução urbana e sua dinâmica no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, com intuito de caracterizar geograficamente, assim como apresentar dados complementares quanto ao seu histórico (ocupação, economia e demografia). A utilização desses dados permitirá a análise dos fatores que impactaram na ocupação da região, além de facilitar a compreensão com o uso conjunto dos métodos que serão utilizados no presente trabalho.

Para poder fazer as análises comparativas da expansão urbana da área de estudo foram utilizadas imagens aéreas do setor de Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis como apoio de imagens orbitais e ortofotos dos anos de 1938, 1957, 1977, 1994, 2002, 2010 e 2016, ao qual auxilia a compreensão de como se deu a ocupação e o uso do solo no distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

Também foi utilizada a periodização proposta por BASTOS (2000) em seu estudo a respeito da urbanização, comércio e pequena produção agrícola e pesqueira da ilha de Santa Catarina. Esta periodização compreende três fases, atreladas ao processo de ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoriana e à divisão territorial e social do trabalho expressa pelo desenvolvimento do capitalismo industrial do Brasil.

Assim sendo, a partir de revisão bibliográfica e consultas a dados populacionais nos propomos a fazer uma reconstrução histórica da cidade de Florianópolis, desde a sua ocupação pelos vicentistas, e a partir disso entender quais os motivos que incentivaram e impulsionaram o aumento populacional na cidade. Desta forma, com todos estes subsídios, foi possível efetuar uma análise mais ampla dos processos de incremento populacional e da urbanização do distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

Existem inúmeros trabalhos e pesquisas voltados à compreensão da dinâmica urbana, onde alguns apresentam foco no estudo do comércio e serviços em determinada localidade, com a análise voltada aos circuitos da economia (inferior e superior) ou apenas aos registros históricos. Assim, como há estudos que analisam o fenômeno urbano a partir da aparente adoção da categoria modo de produção. E outros ainda que passaram a valorizar as chamadas “novas tecnologias” a partir da visão do excedente econômico. Quanto ao presente estudo, a análise geoeconômica da área se dá a partir de sua formação social e econômica, avaliando os fatores demográficos, econômicos e geográficos que ocorreram e diagnosticando os impactos destes fatores na expansão urbana no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, por meio de uma perspectiva explicativa de totalidade e de inter-relação entre os

elementos da natureza e da sociedade (MAMIGONIAN, 1999). Esta interdisciplinaridade é alcançada por meio dos estudos do quadro natural, através da perspectiva de Geossistema (Sotchava), e das especificidades da Formação Sócio-espacial (Santos, 1977), conforme propõe Mamigonian (1999).

Para isso, se faz necessária a correlação das combinações geográficas, pois estas permitem analisar a ocupação de uma área, e como a mesma pode definir o uso do solo. Segundo Cholley (1964) as condições naturais não se caracterizam como a única forma de organização em uma sociedade e nem são exclusivamente determinantes, o fator humano se faz fundamental em determinado local, por meio da adaptação, com a evolução de técnicas mais eficazes para se utilizar do meio natural, bem como a distribuição da densidade, a estrutura social, o acúmulo de capitais e dentre outros tornam mais justificada a estrutura das combinações.

A formação do espaço urbano, aspecto de estudo deste trabalho, segundo Corrêa (1989) encontra-se fragmentado e combinado, visto que os diversos componentes que formam os fluxos, como pessoas, informações, mercadoria etc, estão intimamente articulados. Estes componentes articulados se organizam no interior do espaço urbano, por meio dos diferentes usos da terra.

Segundo CORRÊA,

O espaço urbano de uma grande cidade capitalista constitui-se, [...] no conjunto de diferentes usos da terra justaposto entre si. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano que aparece assim fragmentado (CORRÊA, 1987, p.7).

SINGER (1980), referindo-se ao espaço urbana da cidade ressalta,

Sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Esta disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital (SINGER, 1980, p. 77).

Assim, “*os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos*” (CORRÊA, 1987, p.7). Estes agentes são os responsáveis pela organização do espaço, isto, ocorre em virtude da materialização de ações dos agentes organizadores e das estratégias desenvolvidas por eles.

É por meio de suas estratégias de ações com finalidades políticas e econômicas que se originam a cristalização de estruturas dinâmicas, a centralização e a descentralização de fluxos e objetos.

A área de estudos sendo um ponto turístico, devido a sua beleza natural, é um fato em que as combinações físicas e naturais precisam ser preservadas, entretanto, observa-se que com o crescimento urbano este propósito entra em contradição. Porém, como expõe Cholley (1964), sobre os aspectos principais das combinações geográficas,

A distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta repousam, pois, sobre duas bases essenciais: uma base territorial e uma base humana (densidade, estrutura social, nível de vida, técnica, ação política, etc.); a primeira evoca a ação das condições naturais, a segunda o estado do grupo humano, nenhuma das duas apresenta o caráter determinante, que outrora lhes foi atribuído (CHOLLEY, 1964, p. 270).

VEADO (1995, p. 11) contribui por meio da teoria dos geossistemas da seguinte forma:

Os geossistemas são sistemas naturais, mas, o homem atua neles e estabelece uma infindável variedade de fatores de ordem socioeconômica que, na verdade, constitui o verdadeiro motivo, ou, pelo menos, o principal, hoje em dia, que leva o geossistema a apresentar formas diferentes de evolução.

A partir deste entendimento sobre o atual espaço urbano de acordo com as combinações geográficas, entende-se que o fator humano pode determinar ou planejar um território, a partir de sua ação, seja econômica, cultural ou política, não sendo excludente a combinação natural de um território.

O Distrito de Ingleses do Rio vermelho, que possui um relevo plano (contendo apenas o “Morro dos Ingleses”, com 195 metros de altitude e o “Morro das Aranhas” de 255 metros de altitude situados a leste), característica altamente favorável para a implantação das instalações de infraestruturas urbanas na região, demonstrando como o quadro natural se torna um fator importante na formação territorial. Porém, é a ação antrópica a partir das especificidades deste território que conduzirá o planejamento deste espaço de forma a aproveitar o seu potencial.

Segundo Vieira e Pereira (1997), cada região possui uma parte de seu desenvolvimento vinculado ao seu quadro próprio, decorrentes de uma trama complexa de elementos; sendo que a análise da especificidade de cada formação social ajuda a compreender as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção da especificidade regional. “*Por isso, o método*

geográfico que tem como base a categoria de formação sócio-espacial, proposta por Milton Santos, é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de processos distintos” (VIEIRA E PEREIRA, 1997, p.454).

Para Bastos e Casaril (2016), a formação sócio-espacial analisa o que há de concreto na sociedade, ou seja, uma “sociedade historicamente determinada”, sendo possível ao longo de sua evolução observar as diversas relações sociais e de produção que se integram na história, tendo o homem no papel central na modificação do espaço.

Segundo Santos (1979),

Interpretar o espaço da sociedade como um fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social, isto é, [...] matéria trabalhada por excelência (SANTOS, 1979, p. 9 - 10 e 18).

Sendo assim, nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem e nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social (SANTOS, 1979).

Portanto, a formação sócio-espacial do litoral catarinense vinculado aos modos de produção escravista e capitalista foi determinante na forma de como se moldou o espaço. A análise histórica da ocupação da Ilha de Santa Catarina permite apreender quais foram as relações sociais, econômicas e políticas que transformaram a paisagem e a sociedade da capital catarinense e as mudanças que influenciaram diretamente no processo de urbanização do distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

1. AS ETAPAS DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO NA ILHA DE SANTA CATARINA

A ocupação do território catarinense sobre influência portuguesa vincula-se à interesses econômicos e do controle da colônia Brasil. Entretanto, este território foi ocupado por grupos indígenas, espanhóis, colonizadores vicentistas e pela pequena produção mercantil açoriana-madeirense que contribuíram para formação sócio-espacial do litoral catarinense.

1.1 A ocupação indígena

A sociedade brasileira nasce inserida num contexto económico mundo-europeu que fora estabelecida pelo movimento de acumulação primitiva do capital europeu do século XVI-XVII. Como ressalta (Marx, 1985 apud Bastos, 2000, p.128): “*a maciça expropriação camponesa e a Revolução Puritana ao lado das colônias de exploração foram as forças poderosas que alavancaram a produção capitalista manufatureira e depois industrial*”.

Assim, o capital comercial europeu, em seu processo de expansão, levou as demais áreas do globo a integrarem um processo de mundialização da economia, que se a aprofundou com o decorrer do tempo. Portugal, o mais agressivo deste capital comercial, também participou deste contexto, criando em suas colônias um sistema económico especulativo, condição básica para o aumento de seu rendimento realizado por homens de posses, donos de grandes propriedades agrícolas e lavouras. Este sistema exigia muita mão-de-obra e a produção estava sujeita ao mercado externo (PRADO JR, 1963 apud CAMPOS, 1991, p.19).

Para Ignácio Rangel (1957), quando se estuda a peculiaridade da economia brasileira, percebe-se uma complexidade, que se manifesta no âmbito económico e social; este aspecto o denomino de dualidade. Por isso, o senhor de engenho do Nordeste “brasileiro” no século XVI incorporava ao mesmo tempo dois estatutos jurídico aparentemente excludente: feudal e outro escravista. “*Ele era vassalo do capitão donatário Duarte Coelho, por exemplo, e, portanto, do rei de Portugal e era senhor de escravos no seu domínio*” (RANGEL, 1957, p. 296). Ou seja, as relações de propriedade eram feudais e as relações de trabalho eram escravistas.

Assim, esta combinação de dois modos de produção constituindo o lado interno (relações de propriedade e relações de trabalho) e mais dois constituindo o externo (capital comercial e manufaturas capitalistas europeias)³ foi identificado no caso brasileiro por Ignácio Rangel.

O professor A. Mamigonian (1998) sobre a economia brasileira ressalta:

O capital comercial europeu na América estimulou e tirou proveito principalmente das relações de trabalho compulsórias, escravidão e servidão, que contribuíram à extração de superlucros e à chamada acumulação primitiva. Mas, além disto e paradoxalmente o sistema colonial, mais amplo do que o próprio capital comercial, acabou estimulando a implantação e expansão da pequena produção mercantil, antessala do modo de produção capitalista, que foi germinando lenta e precocemente nas colônias setentrionais inglesas, por exemplo, desde o século XVIII (MAMIGONIAN, 1998, p.16).

Deste modo, o domínio das terras brasileiras pelos portugueses, asseguradas através do sistema de capitanias hereditárias e sesmarias, tipicamente feudal. Como lembra Rangel (1981), a colonização das terras americanas, pelas nações europeus, foram imediatamente incorporadas ao patrimônio das respectivas coroas, obedecendo ao dispositivo jurídico feudal de “all land s king’s land” e o “nulle terre sans seigneur”. Assim, Portugal inicialmente passa ocupar as terras da região Norte e Nordeste, cujas extensas áreas de clima quente (Equatorial e Tropical), com superabundância de terras e escassez de mão-de-obra, tornam-se produtora de gênero (cana-de-açúcar) e exportadora de (açúcar), realizado com o uso de trabalho escravo.

Enquanto as terras meridionais, especificamente, as de Santa Catarina, foram ocupadas tardiamente, com contingentes populacionais coloniais, isto é, paulistas, ameríndios e africanos responsáveis pela estruturação meridional do Brasil. Esta sociedade inicialmente de mera subsistência, torna-se latifundiária pastoril-extrativa no planalto e pequena produção mercantil no litoral.

Entretanto o território catarinense, anteriormente, à chegada dos europeus era quase todo habitado por grupos indígenas. Estes grupos se dividiam entre os, Tupi-Guarani, Xokleng e os Kaingang; sendo os dois últimos do grupo linguístico Jê.

Os Carijó como eram chamados os Tupi-Guarani se espalhavam pelo litoral, ocupando a lagoa dos Patos e a baía Paranaguá. “*Os Xokleng tinham campos de caça que se estendem ao Rio Grande e as proximidades dos campos de Curitiba*” (SANTOS, 1987, p.28). Enquanto, “*os kaingang*

³ O lado externo da economia brasileira foi estudado excessivamente por Caio Prada Jr. (MAMIGONIAN, 1998, p. 66-67)

disseminavam-se pelo norte do Rio Grande, pelos campos de Palmas, sertões do Tibagi e Ivaí e penetravam em São Paulo” (SANTOS, 1987,p.28).

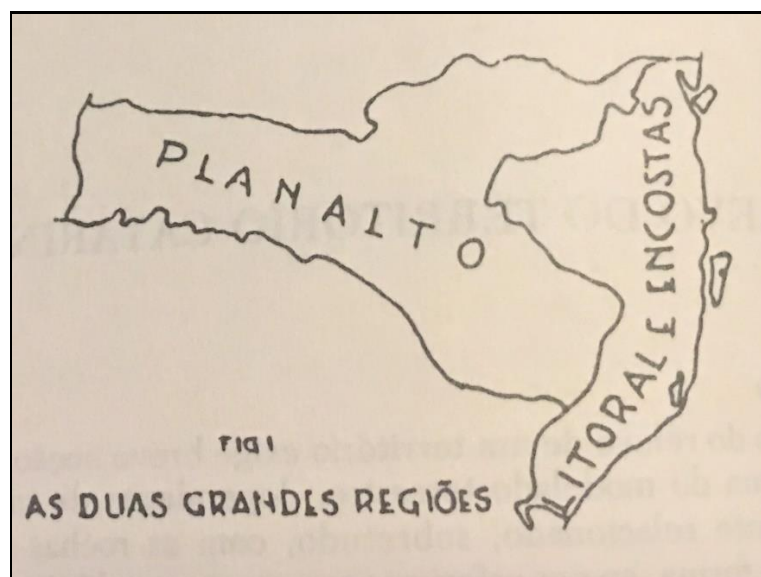
A localização da população indígena no território catarinense pode ser visualizada geograficamente, através, da divisão geomorfológica realizada por Victor Peluso Jr (1991). Em seus estudos Peluso (1991), apresenta o espaço catarinense caracterizado por um Antiplano levemente inclinado para oeste (Kaingang) e uma área que se desenvolve da borda até o mar, conhecida, respectivamente, por Região de Encostas (Xokleng) e Região de Litoral (Carijó).

Esta condição natural além de proporcionar diferentes recursos para a subsistência do grupo servia também como refúgio dos grupos indígenas para com os caçadores ou bandeirantes.

Entre este ou aquele, a floresta subtropical cobria as serranias e os vales, dificultando a penetração. Este obstáculo natural impossibilitou às populações que logravam pressentir a aproximação dos atacantes. No primeiro século da conquista, entretanto, os “Carijó” foram dizimados ou levados para os mercados de escravos de São Vicente. Na região de florestas e campos, da encosta e do planalto, permaneceram dois grupos, tribais: os Xokleng e os Kaingang (SANTOS, 1987, p.30).

O Mapa 2 permite visualizar as duas grandes regiões do estado de Santa Catarina.

Mapa 2 – Planalto e litoral do Estado de Santa



Fonte: extraído de Peluso Jr (1991).

Assim, tudo indica que os europeus vieram interromper este fluxo de povoadores indígenas de tradição Tupi-Guarani, localizados nas terras do litoral. Estes, que viviam de um modo pré-capitalista, foram inseridos direto num sistema escravista de produção, onde serviram de mão-de-

obra nos projetos de exploração econômica. Revelando -se, desde início uma relação colonialista entre os europeus e os indígenas, pois, as dificuldades de articulação com o comércio exterior fizeram imprimir um caráter distinto ao povoamento do Brasil Meridional, onde a demanda de braços para a consolidação das atividades agrícolas estimulou o apresamento de índios (PEREIRA, 2011).

1.2. As disputas entre Portugal e Espanha

Sabe-se que antes da ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos vicentistas, a mesma fora habitada por indígenas, em especial por carijós. Mas, quando o governo português toma providências quanto à ocupação do Brasil, através da expedição de Martim Afonso de Souza, fundador de São Vicente, em 1532, conforme ressalta (Oliveira Vianna apud Silva, 1992), os vicentistas organizaram-se em subcorrentes de povoamento até atingirem o planalto catarinense e o litoral. E quando chegaram encontraram boa parte da região ocupada pelos espanhóis, com forte apoio dos silvícolas que habitavam a Ilha de Santa Catarina e o litoral vizinho.

A partir disso, quando São Vicente torna-se base para a colonização da Região Sul, por parte de Portugal, imediatamente, começam a hostilização dos grupos indígenas, fazendo contínuas incursões em suas aldeias para aprisioná-los e reduzi-los à escravidão. *“Os vicentistas ao eliminar os silvícolas do Sul tiravam aos espanhóis a massa de apoio para o domínio dessa área, pois o eventual fornecimento de víveres e de homens ficava cortado pela raiz”* (SANTOS, 1987, p.42). Politicamente, os vicentistas com a prisão dos índios expandiram as fronteiras das colônias para a Coroa portuguesa, pois segundo LUGON (1969 apud SANTOS, 1987) *“Para os portugueses, as expedições dos paulistas eram também um modo indireto de desgastar o domínio colonial espanhol, evitando-se uma declaração de guerra impossível enquanto, na metrópole as duas coroas estiveram reunidas na mesma cabeça espanhola”*.

Esta disputa entre Portugal e Espanha pelo domínio da Região Sul fez com que a Coroa Portuguesa, afim de derrotar os espanhóis de uma vez, reavivasse acordos de amizade e assistência, com a Inglaterra, os quais foram pelo menos de utilidade moral para conter a Espanha. Nisto, os Ingleses em troca do seu apoio, exigiram dos portugueses, concessões, entre elas a abertura aos capitais mercantis ingleses para instalar suas bases comerciais entre Portugal. Assim, uma série de capitais comerciais ingleses estabelece-se em território português, tendo como objetivo intermediar o mercado entre as duas nações. (SILVA, 1992)

Segundo Célia Maria e Silva é no contexto dessa luta que emerge o projeto político português, referente à expansão colonizadora, vislumbrada por parte de Portugal, com objetivo de pôr um ponto final nos conflitos e tensões existente entre Portugal e Espanha. Deste modo:

Portugal resolve ampliar o seu projeto político com o intuito de derrotar a nação inimiga. Insere-se nesta ampliação a garantia do acesso à Prata, além do estabelecimento da exploração, no litoral catarinense, de óleo de baleia que, a exemplo dos metais preciosos (ouro, prata) e outras produções coloniais, pudesse alimentar os capitais comerciais portugueses. A viabilização deste plano necessitava, ainda, da instalação de bases político-militares, sobretudo em Desterro e em terra firme, associada a outra possibilidade econômica: a de pequenos produtos mercantis, representados por casais açorianos e madeirenses (SILVA, 1992, p.30).

Desta forma, o Conselho Ultramarino de Lisboa recomenda a fortificação da Ilha de Santa Catarina e o povoamento de seus arredores, aliando os interesses geopolíticos portugueses aos objetivos econômicos, expressos na instalação das armações para a extração de óleo de baleia, alternativa lucrativa no Brasil Meridional, área de recursos ociosos (PEREIRA, 2011).

Assim, as fortificações foram instaladas, ao longo da costa catarinense, armações baleeiras e pequenas propriedades com famílias oriundas das ilhas dos Açores e Madeira. Este se constitui no segundo povoamento português do litoral de Santa Catarina (1748 – 1756), caracterizados pelo desenvolvimento de diversificada pequena produção mercantil (SILVA, 1992).

1.3. A imigração açoriana: e a presença da pequena produção mercantil

O segundo povoamento português pelos açorianos e madeirenses na Ilha de Santa Catarina, ocorre devido à necessidade de ocupação efetiva do território e por interesses nas atividades econômicas que poderiam proporcionar principalmente a pesca, que estavam sendo implantadas no litoral catarinense, além de servir como defesa territorial.

Segundo Souto Maior (1968), sobre a vinda dos açorianos:

Os núcleos esparsos existentes não só na costa gaúcha, mas, também, na catarinense não constituíam garantia para manter a posse destas regiões próximas à fronteira e ameaçadas de agressão externa. Tal fato levou o governo português a introduzir aí o sistema de colonização com casais açorianos a fim de completar a ocupação, estabelecendo um povoamento contínuo de Santa Catarina (SOUTO MAIOR, 1968, p. 11).

Quanto à quantidade de açorianos que chegaram ao litoral de Santa Catarina, segundo PIAZZA (1983), a totalidade de registros em documentos oficiais diversos, apresentados entre 1748 a 1756, mostram um total de 6.071 açorianos e madeirenses que chegaram ao litoral catarinense.

Considerando a questão sobre a defesa do território catarinense, tem-se que a localização dos açorianos teve por norma principal a obediência ao critério estratégico, fazendo-se em pontos espaçados do caminho litorâneo. *“Em santa Catarina os núcleos açorianos estabeleceram-se em dois trechos: na ilha de Santa Catarina, na área continental fronteira a ela, em torno de laguna”*. *“No primeiro deles, destacaram-se os núcleos São Miguel, São José e Enseada de Brito”* (SOUTO MAIOR, 1968, p.11).

Assim, a ocupação na Ilha de Santa Catarina pelos açorianos ocorreu,

De forma nucleada, sendo a parte central (o Centro) o ponto de chegada desses açorianos. Segundo o documento de 1797, feito pelo Governador de Santa Catarina, Miranda Ribeiro havia três freguesias: na parte central Nossa Sr.^a do Desterro, a primeira a ser ocupada (1673); em segundo surgem tanto a freguesia de Nossa Sr.^a da Conceição da Lagoa (1750) como a freguesia de Nossa Sr.^a das Necessidades e Santo Antônio (1750), uma à leste da Ilha e outra ao Norte (JESUS, 2015, p. 63).

A proteção da Ilha de Santa Catarina ficou a comando de Silva Paes que foi um dos responsáveis pela construção das fortificações em Florianópolis. Tais empreendimentos, além de possuírem caráter prático, em muito contribuíram para a configuração urbana da cidade. Muitos dos caminhos para as fortificações existem até hoje, com uma estrutura mais moderna. Além disso, Silva Paes esteve à frente do governo entre 1739 a 1748, quando proclama o efetivo povoamento de Santa Catarina, e para isto solicitou, ao Conselho Ultramarino, o encaminhamento de casais dos arquipélagos de Açores e da Madeira.

A partir das instruções do Rei D. João V são feitos os alistamentos de imigrantes. Nos editais havia certas promessas aos emigrantes Açores e Madeira, inclusive como forma de incentivar a migração. Dentre estas promessas, encontra-se a gratuidade do transporte para o Brasil, ajudam de custo, armas e ferramentas, gêneros alimentícios e a liberação de colonos do serviço militar, este último não fora cumprido. Desta maneira, coube ao então governador o Brigadeiro José da Silva Paes, a decisão sobre a localização dos imigrantes (PIAZZA, 1994).

Inicialmente, foram alocados nas proximidades da sede da vila. Todavia, na medida em que novos imigrantes dos açores e madeiras chegavam, começaram a ocupar ao longo do litoral catarinense. Em princípio, no caso da Ilha, os novos habitantes receberam sua parcela de terra para

ocuparem, onde hoje se encontra os bairros da Trindade, Ribeirão, lagoa, Ratores, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Rio Vermelho e Rio Tavares.

Este povoamento açoriano foi planejado de forma em que cada grupo de 60 casais formasse pequeno povoado constituído por propriedade de um quarto de légua em quadro, de uma praça, igreja e ruas. A partir disso,

Para que tais núcleos funcionassem seria necessário o estabelecimento de agricultura comunitária, mas, como a colonização falhou neste ponto, apenas as primeiras colônias obedeceram ao sistema inicial. Não tendo pendor para as atividades agrícolas, embora o litoral catarinense oferecesse melhores condições que o rio grandense, os ilhéus limitaram-se a plantar para a sua substância, preferindo concentraram-se nas vilas e povoados que logo se desenvolveram [...] dedicaram-se também a pesca [...], além das culturas comuns, banana, arroz, laranja, fumo e café (SOUTO MAIOR, 1968, p. 12).

Entretanto, no século XVIII com o estabelecimento efetivo desses açorianos e madeirenses, as explorações policulturas familiares, nos fins do século XVIII e início do século XIX, passaram a exportar importantes excedentes alimentares, como: farinha de mandioca, arroz, feijão, melado etc., que se destinavam ao abastecimento do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até Montevidéu. Nasce, assim, no litoral no catarinense os centros comerciais de Desterro, Laguna e São Francisco (MAMIGONIAN, 1964, p.35).

Por isso, para o professor A. MAMIGONIAN (1998),

O segundo povoamento português no litoral de Santa Catarina, com açorianos e madeirense, [...] constituiu a maior intervenção do planejamento estatal português no Sul do Brasil, tanto a nível geopolítico, como enfatizaram os historiadores tradicional, como a nível geoeconômico, já que o retorno comercial (armazéns de baleias, etc) e a coleta das rendas reais (contratos, impostos, etc) estavam calculados, a partir dos gastos militares e de povoamento preliminar (MAMIGONIAN, 1998, p.69).

1.4. Panorama das fases de urbanização de Florianópolis

A primeira fase da urbanização de Florianópolis tem início com a economia açoriana baseada, fundamentalmente, na pequena produção. Todavia, houve uma prática que fugia deste modo de produção, esta era a pesca da baleia. A pesca da baleia não era uma atividade típica nos açores e muito

menos a pesca da baleia que só começou a ser praticada no século XIX (CARUSO E CARUSO, 1996, p.52). Apesar disto, os açorianos participaram de inúmeras armações baleeiras e praticavam também a pesca simples para complementar a subsistência familiar.

Esta atividade estava diretamente relacionada ao Estado, isto é, a autorização para explorar este recurso era cedida pela Coroa Portuguesa. Aparentemente, foram cedidas aos grandes monopólios comerciais europeus, responsáveis por edificarem quatro armações e um suplemento ao longo do litoral catarinense: Piedade (1742), Lagoinha (1772), Itapocoróia (1778), Garopaba (1791) e o suplemento de Imbituba (1796), além dos da Ilha da Graça (1807) (SILVA, 1999, p.61).

Na Ilha de Santa Catarina foram construídas mais sete armações baleeiras: Trindade, Ribeirão, Lagoa, Ratoles, Santo Antônio, Rio Vermelho e Rio Tavares, que se tornaram núcleos de povoamento açoriano e madeirense. Tais edificações serviam para a produção de óleo de baleia, que abastecia o mercado interno português e fomentava o intenso processo manufatureiro europeu. Como ressalta BASTOS (2000, p. 128), *“o óleo extraído da baleia era uma espécie de “petróleo” no século XVIII e XIX que será utilizado na construção civil, na conservação da madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificante”*.

Contando com uma localização geográfica da Ilha de Santa Catarina favorável, visto que a ilha estava entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, fator fundamental para os açorianos que passaram a exportar seus excedentes, tais como: a farinha de mandioca, o óleo de baleia, a aguardente, peixe salgado, amendoim, feijão e alguns produtos artesanais. Estas atividades portuárias conduziram o estabelecimento da estrutura urbana nas suas proximidades (BASTOS, 2011). Isto levou a Ilha de Santa Catarina, na primeira metade do século XIX, ao primeiro surto urbano.

No que se refere ao trabalho escravo, é importante ressaltar que em *“1816 foram destinados 17 baleias e 102 escravos como forma de pagamento à baleeiros, além de 33 escravos, fornecidos através de aluguéis às Armações de Piedade, Lagoinha e Garopaba por 31 proprietários, cujos ganhos variam entre 3\$840 réis por “peça” alugada”* (SILVA, 1999, p.63). Estes foram alocados para o trabalho doméstico, no engenho de farinha, na plantação de gêneros diversos e na pesca de baleia.

Assim, o conjunto destes principais fatores proporcionaram a ascensão social de pequenos produtores açorianos e serviram como base de estruturação do processo de urbanização da mesma.

A segunda fase da urbanização de Florianópolis relaciona-se a condição da Ilha de Santa Catarina tornar-se praça de importação destinada a atender as necessidades das colônias alemãs e italianas localizadas nos vales atlânticos catarinenses. Esta mudança na estrutura socioeconômico da

Ilha significou a decadência dos comerciantes açorianos, já que os mesmos teimaram em permanecer ligados ao esquema econômico-territorial anterior à Revolução de 1930, que intensificou o processo industrial brasileiro. Deste modo, foram sendo substituídos pelos alemães, como o Hoepcke, Mayer, Born, Muller, industriais que incentivaram a ampliação das relações comerciais, sobretudo com a Europa, repercutindo na modernização do comércio e do porto.

Segundo BASTOS (2000), por não haver uma especialização no ramo do artesanato desenvolvido na Ilha de Santa Catarina, visto que, eram demasiados diversificados, certamente foi um empecilho para a evolução deste artesanato em indústria, como ocorreu nas regiões de colonização alemã e italiana.

As transformações que ocorreram na dinâmica das exportações, bem como nas de importações contribuíram para o aumento das taxas de urbanização e, por conseguinte, o adensamento do tecido urbano das cidades portuárias do litoral catarinense. Na cidade de Desterro (atual Florianópolis), segundo Sugai (1994), houve o desenvolvimento portuário e comercial, juntamente com o crescimento de uma camada social mais privilegiada, mais os problemas de saúde pública, que se refletiram na organização e adoção de novos serviços urbanos, mesmo que paliativos.

Quanto ao uso das terras, este período foi marcado pela utilização excessiva em algumas regiões da Ilha de Santa Catarina, o que gerou com o passar do tempo, a baixa fertilidade. Soma-se a isto, o intenso parcelamento do solo, que levou o pequeno produtor a negociar suas terras e a migrar para outras regiões que lhe oferecesse trabalho. E por fim, a apropriação de áreas de uso comum, que segundo CAMPOS, 1991, p.118, ” *o uso das terras comunais pelo pequeno produtor rural foi intensa até a década de 1940, quando começa a sofrer, de forma cada vez mais acelerada, o processo de apropriação, tanto por parte dos setores privados como por parte do Estado*”. Assim, considera-se que o declínio da pequena produção açoriana esteve relacionado a esses diversos fatores.

Por último, a terceira fase da urbanização de Florianópolis foi marcada pela entrada do capital industrial brasileiro, no qual os capitais comerciais tradicionais foram facilmente substituídos por capitais comerciais nacionais, como a Colombo, Arapuã, Pão de Açúcar e Ponto Frio, bem como regionais, como Cassol, Imperatriz e Casas da Água (BASTOS, 2000), levando o estado de Santa Catarina ao patamar industrial acima da média brasileira,

Desde a década de 1940, cresce industrialmente acima da média brasileira, pois neste ano sua produção correspondia 1,9% do montante industrial brasileiro e em 2000 saltou extraordinariamente para 4,4%, lembrando que em 1970 e 1980 as taxas de participação das indústrias catarinenses eram de 2,6 e 3,9, respectivamente (BASTOS, 2011, p.272).

Enquanto no quadro populacional, ficou evidente as suas alterações, devido à necessidade da força de trabalho disponível para as indústrias. Assim, “o quadro da população urbana de Santa Catarina cresce 3,7 vezes, enquanto que o município do litoral cresce em 4,6 vezes e do Brasil 2,64 vezes” (BASTOS, 2011, p.272).

Florianópolis, que passou por um período de estagnação, em decorrência da crise da pequena produção mercantil, na qual houve um fluxo migratório para outras regiões, retorna o seu crescimento, a partir da década de 1960. Nesta época inicia o processo de balnearização e modernização das instituições públicas, por meio das instalações de Universidades, Eletrosul, Celesc, Besc, Telesc, DNOS, DNER entre outras instituições, bem como obras de infraestrutura, a exemplo da construção da BR 101. Tais medidas foram favoráveis para o crescimento da população urbana da Ilha de Santa Catarina (BASTOS, 2000).

Na década de 1970, com a entrada do processo especulativo imobiliário voltada ao turismo, estimulando ainda mais o processo de transição do rural ao urbano na Ilha de Santa Catarina e em muitas localidades, como o caso do Santinho, Jurerê, Barra da Lagoa, Canasvieiras e Ingleses do Rio Vermelho etc. Sobre este aspecto salienta Bastos (2000):

É oportuno acrescentar que se por um lado as facilidades proporcionadas pela modernização do acesso à praia tenham facilitado a colocação do pescado no mercado consumidor; por outro, favoreceu também a expansão da atividade turística. A multiplicação dos loteamentos e dos empreendimentos imobiliários fez com que muitas comunidades pesqueiras ficassem praticamente impossibilitadas de chegar até a praia, é o caso de Canasvieiras, por exemplo. Para isso maracutais legais não foram raras, tais como a privatização das terras de uso comum. Sem deixar de considerar que a alocação da infraestrutura urbana nas áreas balneárias permitiu à Prefeitura cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano que, aliás não para de aumentar com constante valorização imobiliário, tornando a vida ainda mais difícil para a gente humilde que habita há século as hoje ditas “regiões balneárias”. (BASTOS, 2000, p. 138)

A retração nos investimentos públicos urbanos durante a década de 1980, estimulada pela crise econômica que vivia o país, que segundo Rangel (1985), foi resultado do endividamento externo brasileiro somado a crise do petróleo em 1973, que resultou na entrada da economia mundial na fase “b” (decrecente) do 4º Ciclo de Kondratiev. Esta crise afetou os países capitalistas de diferentes maneiras, no caso brasileiro, o mercado entra em recessão com uma crise na balança de pagamentos, coincidindo com a fase recessiva do Ciclo Breve da economia nacional.

Assim, o mercado imobiliário que era comandado por pequenas construtoras locais em Florianópolis, sofre o resultado desta recessão, manifestado pelo processo de estagnação na indústria da construção civil local (CAMPOS, 2009). Entretanto, neste período foram realizadas importantes obras, tais como:

A consolidação dos eixos das áreas residenciais das elites, o processo de periferização no interior da Ilha, a expansão do mercado imobiliário e da construção civil nas áreas centrais e nos balneários, as alterações na dinâmica imobiliária e os deslocamentos espaciais das instituições estatais. Os balneários e loteamentos utilizados pelas camadas de alta renda em sua maioria todas pavimentados no norte da Ilha. (LOPES, 2015, p.81).

Esta expansão da atividade turística na Ilha de Santa Catarina provocou a presença de consumidores turísticos provenientes dos países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai).

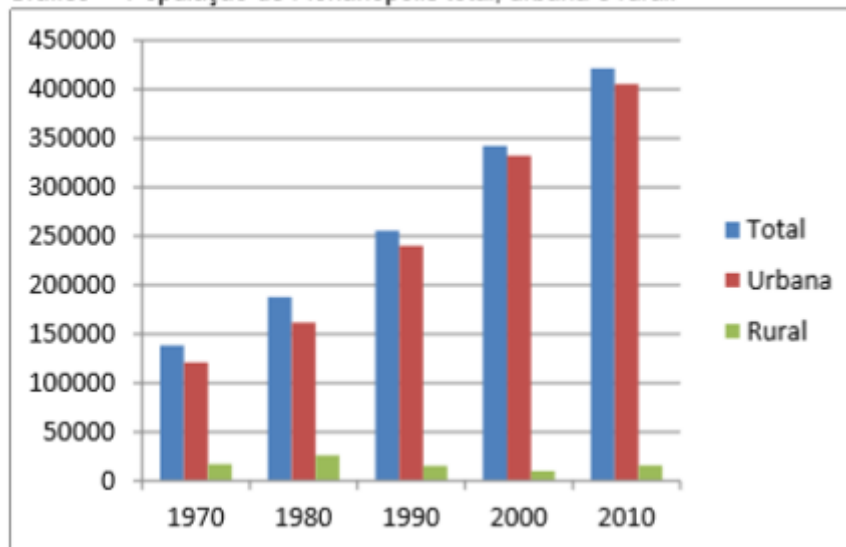
A década de 1990 foi marcada por uma nova conjuntura turística, pois, em 1998 surge o primeiro centro de eventos da cidade localizado no núcleo urbano central, onde Florianópolis, torna-se um dos destinos para realização de convenções e feiras de negócios. Soma-se a isto, a recuperação da indústria da construção civil na região, decorrente dos financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal (LOPES, 2015). Pode-se inferir que até o final da década de 1980 os fluxos turísticos foram canalizados para as praias, porém a partir de 1990, o mercado turístico da região modificou-se em consequência da intensificação de outros fluxos destinados à realização de negócios e à participação em eventos (BASTOS e SANTOS, 2009), juntamente, com recuperação do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, culminando numa nova explosão imobiliária.

No ano de 2000 a Ilha de Santa Catarina passa por outra explosão imobiliária, quando passa a receber notável reconhecimento nacional e internacional das belezas naturais, da segurança e da tranquilidade do município. Todavia, esta propaganda de sua beleza natural e segurança era estimulada pelo próprio mercado imobiliário e pelo setor varejista, motivados pelos interesses econômicos. Segundo Singer (1980), os agentes imobiliários ao exercerem o monopólio do acesso à terra, condição indispensável a qualquer atividade produtiva, acabam gerando o processo de valorização da terra, que se completa com a força de trabalho disponível; por isso da oferta populacional no local.

No ano de 2010, o conjunto desses acontecimentos discutidos acima, combinado aos investimentos do setor público federal e da instalação de grandes empreendimentos da área tecnológica e do turismo, permite Florianópolis crescer consideravelmente.

O Gráfico 1 a seguir mostra a evolução da população urbana em relação a população rural de Florianópolis.

Gráfico 1: População de Florianópolis total, urbana e rural.



Fonte: extraído de Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes (2015).

Este crescimento urbano na Ilha de Santa Catarina, principalmente, depois da instalação de equipamentos urbanos nas áreas periféricas do centro da cidade, garantiu um aumento populacional não somente da população de baixa renda, mas também da população de alta renda. Desta forma, os antigos povoados de origem açoriana, de caráter rural na Ilha de Santa Catarina, passaram a se urbanizar cada vez mais.

A Tabela 1 apresenta este aumento populacional dos distritos, antes freguesias, de Florianópolis.

Tabela 1 - Distribuição e crescimento da população por distrito

DESTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITO								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Florianópolis	25.014	51.317	78.752	115.547	153.652	192.075	228.869	421.240
Cachoeira	1.727	1.518	2.169	2.116	3.070	4.509	12.808	18.427

Canasvieira	1.662	1.550	1.729	1.996	2.431	4.092	10.129	18.091
Inglese do Rio Vermelho	2.332	2.726	2.994	2.016	2.695	5.862	16.514	29.814
São João do Rio Vermelho	----	----	----	981	1.223	1.864	6.791	13.513
Lagoa	3.251	3.589	3.613	4.985	7.821	14.794	9.849	11.811
Barra da Lagoa	----	----	----	----	----	----	4.331	5.674
Campeche	----	----	----	----	----	----	18.570	30.028
Pântano do Sul	----	----	----	2.102	2.379	3.691	5.824	7.397
Ratones	670	666	862	795	902	1.080	2.871	3.671
Ribeirão da Ilha	4.589	4.365	5.261	4.229	6.404	14.228	20.392	26.994
Santo Antônio	1.976	1.899	2.453	3.570	7.294	12.925	5.367	6.343

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 1991, 2000 e 2010.

Assim, percebe-se que o incremento populacional da cidade de Florianópolis e de seus distritos, começa a partir dos investimentos no setor de serviços, com a implantação de órgãos públicos e de empresas na região, bem como com as melhorias realizadas no setor rodoviário.

2. INGLESES DO RIO VERMELHO

A área estudada situa-se na porção norte/nordeste da Ilha de Santa Catarina, entre 27°25' e 27°30'LS e entre 48°20' e 48°25' LW, compreendendo todo o Distrito de Inglese do Rio Vermelho

e a parte nordeste do Distrito de São João do Rio Vermelho. A área foi uma freguesia agrícola da Ilha de Santa Catarina que sofreu com os processos de urbanização de Florianópolis, a partir dos anos de 1970, quando os interesses econômicos, políticos e do Estado, transformaram o espaço rural em urbano.

2.1. Quadro natural

A Ilha de Santa Catarina situa-se na faixa litorânea central da costa do estado, no denominado geossistema Planície Costeira Quaternária. Segundo Veado (2013), esta planície é formada por uma estreita faixa arenosa e areno-argilosa, com topografia plana e altitude que varia entre 1 a 30 metros. A formação desta região foi resultado da acumulação de sedimentos arenosos e argilosos de idade quaternária, como ressalta Ferreira (1999):

A Planície Costeira corresponde à unidade geomorfológica Domínio das Acumulações Recentes e compreende os depósitos sedimentos arenosos e arenoargilosos, apresentando-se muito pouco dissecada. Sua gênese e evolução está relacionada às do nível relativo do mar ocorridas durante o Quaternário. [...] as oscilações do nível relativo do mar durante o Quaternário acarretaram a formação de depósitos arenosos marinhos. Após a formação destes depósitos ocorreu uma fase regressiva ao fim da qual iniciou-se no Holoceno, um processo de subida do nível do mar, conhecida como transgressão Holocênica. (FERREIRA, 1999, p.17, apud Hermam e Rosa, 1991) Entre os períodos de descida e subida do nível relativo do mar, a ação dos ventos propiciou um retrabalhamento dos sedimentos que estavam expostos a processos sub-aéreos, acarretando a formação de extensos depósitos eólicos, recobrando parcialmente os antigos depósitos marinhos-praias (CARUSO JR., 1993 apud FERREIRA, 1999, p.18).

Além desta extensa área de planície costeira, também contribuiu na formação da Ilha de Santa Catarina, o que se aglutina como geossistema Serras do Leste Catarinense (Escudo Catarinense), dividido em três geofácies: Serra do Mar; Mar de Morros; e Serra do Tabuleiro. Este último influencia diretamente na Ilha de Santa Catarina, onde os morros fazem parte de um grande bloco granítico orientado no sentido norte-sul (VEADO, 2013).

Figura 1 – Ingleses do Rio Vermelho



Fonte: Ferreira (1999).

Partindo deste ponto, em que o quadro natural da Ilha de Santa Catarina, ou seja, a consolidação do processo geológico e geomorfológico que formou a Ilha no seu todo, originou a condição natural de Ingleses do Rio Vermelho. A ocorrência deste processo levou a ligação natural de algumas ilhas hoje chamadas “Morro dos Ingleses” (195m) e “Morro das Aranhas” (255m) localizadas ao norte, no seu lado leste, e do maciço norte central da Ilha de Santa Catarina o “Morro da Feiticeira” (206m) e “Morro do Maciço” (249m). A base rochosa que constitui esses morros é de origem granítica, do Escudo Catarinense que compõe a Serras do Leste Catarinense, com incrustações de diques de diabásio. Estas elevações tornam-se mais baixas em direção ao mar, terminando em costões e pontais rochosos, que serviram de ponto de apoio à sedimentação extensiva que atingiu o litoral durante o Quaternário. Assim, formou-se uma imensa planície composta por dunas e restingas, a qual, permitiu o assentamento de uma população hoje aproximadamente 30.000 mil habitantes.

Quanto à vegetação, a Ilha de Santa Catarina está incorporada ao grande Domínio Tropical Atlântico (AB’SABER, 2003). Todavia, no Ingleses do Rio Vermelho, como na maioria das regiões em que este domínio está inserido, a vegetação encontra-se bastante alterada, devido principalmente às ações humanas. As áreas em que a mesma se mantém preservada encontram-se junto aos morros, nas suas partes mais elevadas.

Outras espécies vegetais existentes na área de estudo, como restinga, vegetação de dunas e vegetações de praia, exercem um papel fundamental de fixação das dunas e a proteção dos processos erosivos. Além disso, a restinga e a vegetação de encostas eram utilizados para a lenha, para a queima

doméstica e o tingimento das redes de barbante, utilizadas na pesca de tainha e de arrasto (ZEFERINO, 2008). Mas, também sofrem com o processo de urbanização do bairro.

Nas áreas mais planas há a predominância de areias quartzosas, que constituem classes de solos pouco desenvolvidos, excessivamente arenosos. Mas que, com uma precipitação de 1.526 mm/ano, articulado: aos períodos climáticos quentes, com boa luminosidade; à drenagem de rios (Capivari e Rio Vermelho) e riachos; à constante reciclagem da matéria orgânica por micro e macro organismos; e às técnicas humana de cultivo, adquiridas ao longo do tempo, possibilitaram a cultura de mandioca, feijão, melancia, milho e amendoim (VEADO, 2013).

O mar foi importante para o desenvolvimento da cidade de Florianópolis e do próprio distrito de Ingleses do Rio vermelho. A pesca foi uma atividade econômica de grande êxito para a economia catarinense no fim do século XVIII e início do século XIX, sobretudo, a pesca e beneficiamento da baleia (nas Armações⁴), com o contingente açórico-madeirense que se estabeleceram no litoral catarinense neste período.

A produção do excedente da pesca (peixe salgado e óleo de baleia) e da agricultura (farinha de mandioca, feijão, melaço, aguardente e amendoim), beneficiada com a localização da Ilha de Santa Catarina entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, fez com que o porto da Ilha de Santa Catarina se tornasse um grande exportador destes produtos para o Rio, Salvador, Recife e até mesmo Montevideú.

A partir desta exposição do quadro natural de Ingleses do Rio Vermelho, entende-se que sua base territorial expressa pelas condições naturais, tais como: a posição geográfica, relevo, tipo de solo, clima e condições biológicas, que combinadas ao trabalho humano, transformou este espaço de acordo com as necessidades socioeconômicas locais.

Assim, no campo das combinações físicas, biológicas e humanas, devemos reconhecer, que o homem é quem governa o espaço natural, quando põe em ação uma combinação para exercer satisfatoriamente uma de suas atividades fundamentais (agricultura, criação, pesca e fabricação etc.) (CHOLLEY, 1964).

2.2. Aspectos históricos

⁴As armações de baleia eram manufaturas compostas por edificações, como trapiches, rampas, engenho de frigar baleias, fornalhas, capela, moradias (administração, feitorias), senzalas (escravos) etc. (ELLIS, 1969)

A área de estudo, bem como a Ilha de Santa Catarina, fora ocupada inicialmente por grupos indígenas, sobretudo os Carijó, que como mencionado anteriormente, se localizavam nas áreas litorâneas. Contudo, em função da indisponibilidade de registros históricos deste grupo na área de estudo, nos atentaremos ao povoamento a partir da chegada dos açorianos e madeirenses. Todavia, no que se refere a estruturação da porção sulina temperada do Brasil, sabe-se que o contingente populacional se deu por paulistas, ameríndios e africanos, onde manifestou-se uma sociedade de mera subsistência, no interior, logo latifundiária pastoril – extrativista, enquanto que no litoral ocorreu o trabalho de pequenos produtores mercantis combinado com modo de produção escravista.

Por isso, cabe contextualizar o povoamento vicentista do século XVII na Ilha de Santa Catarina, para posteriormente, comentar a chegada dos açorianos e madeirenses. Desta forma, a colonização vicentista ocorrera, primeiramente, pela carência de subsistência na capitania de São Vicente. Todavia, a ocupação vicentista não foi eficiente para o domínio efetivo da Região Sul.

Os açorianos e madeirenses estavam passando pelo processo de expropriação de suas terras, devido ao grande movimento de acumulação primitiva do capital europeu a partir do século XVI-XVII. Como nos mostra Marx, “*a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo [...] da acumulação primitiva*” (MARX, 2011, p. 831). A partir disso, a sociedade rural desprovida de suas terras, ou seja, sem o mínimo para a subsistência, tornam-se simples proprietários de sua força de trabalho.

Desta maneira, o Conselho Ultramarino de Lisboa determina a fixação de editais nas ilhas de Açores e Madeira, em agosto de 1746, prometendo aos seus habitantes que, se quisessem estabelecer-se no Brasil, eram-lhes facilitados o transporte (à custa da fazenda) como também destinados 2\$400 réis às mulheres de mais de 12 e menos de 25 anos de idade; 1\$000 réis para cada filho dos casais; farinha para o sustento durante um ano; um quarto de légua para estabelecer seu sítio e morada, além de diversos instrumentos (BRITO e PAULO J.M apud SILVA, 1992).

Os açorianos e madeirenses, sem os seus meios de produção necessários, neste caso a terra, vislumbram-se com a possibilidade de imigrarem para o Brasil, na esperança de voltarem a ser pequenos produtores independentes, trabalhando pela sobrevivência e reprodução de seus familiares. Por isso, lançam-se nessa tentativa cerca de 5.000 pessoas no período compreendido entre 1748-1756, passando a contribuir para a intensificação dos principais núcleos de povoamento do litoral catarinense, como: São Miguel, Palmas, Ganchos, Bombas, Zimbros, Tijuquinhas, Enseada do Brito, São José, Paulo Lopes, Garopaba e Vila Nova. Mais, os dos estabelecidos na Ilha: Trindade, Ribeirão, Lagoa, Ratores, Santo Antônio, Rio Vermelho e Rio Tavares. (Silva, 1999).

O povoamento de São João do Rio Vermelho começa no sentido Sul-Norte, até chegar na área onde hoje se denomina Ingleses do Rio Vermelho. Este distrito foi criado por meio de um Decreto-lei de 1831, sob a invocação de São João Batista, no entanto, separa-se de sua área maior que compreendia a antiga freguesia de São João do Rio Vermelho em 1962. A escolha do nome para o distrito, foi denominada por haver ali naufragado um grande navio inglês, devido um forte temporal, no início do século XVII (Várzea, 1985 apud Jesus, 2017).

Os açorianos e madeirenses nesta área trataram de desenvolver a agricultura conjuntamente com a pesca, como mostra Zeferino (2008):

Aqueles que se dedicavam mais à faina da roça dedicavam tempo considerável, tanto no dia-a-dia como nas épocas de safras (tainha, anchovas, etc), à pesca, e muitos pescadores de beira de praia, embora de forma menos intensa, se dedicavam também à agricultura. No geral, era mais comum alguém dedicado à agricultura se dedicar à pesca do que vice-versa. A criação de animais também era praticada-gado bovino para o trabalho de tração dos produtos da agricultura, da pesca e lenha; cavalos para o transporte pessoal e cargas; porcos eram criados para a produção de carne, e cabras, e vacas forneciam leites. A coleta de frutos era de pouco significado, mas os morros foram o grande fornecedor de energia calórica, na forma de lenha, utilizada pela comunidade (ZEFERINO, 2008, p.45-46).

Havia nesta área, como também em toda a Ilha de Santa Catarina, o uso comum das terras, que fora implantada pelos portugueses, que possibilitava a exploração diversa da comunidade. O uso das terras comunais na Ilha de Santa Catarina foi uma das estratégias de ocupação efetiva da Coroa Portuguesa, pois o sistema sesmarial deu condição para a Coroa Portuguesa tornar-se proprietária de todo nosso imensurável território. Conforme visto anteriormente, *evidencia-se aí a premissa do “all land is King’s land” em que o rei de Portugal só se interessava em ceder terra se houvesse a sua ocupação efetiva, caso contrário, a mesma retornaria ao bem comum*” (Rangel, 1981).

Entretanto, vale destacar que em princípios gerais, não eram todos os produtores que tinham acesso ao sistema de sesmarias, resultando desta forma no desenvolvimento do regime de posses, ou seja, o “direito de conquista” de todas as terras descobertas (CAMPOS, 2002).

A organização espacial do distrito de Ingleses do Rio Vermelho se configurou, segundo Mamigonian (1958), numa tipicamente Waldhufendörf, isto é: propriedades divididas em parcelas de terra na baixada arenosa pobre até a encosta mais rica. Como pode ser observado na Figura 2.

Esta disposição dos terrenos em sentido Leste-Oeste, perpendicularmente à via de acesso, é apresentada por Mamigonian (1958):

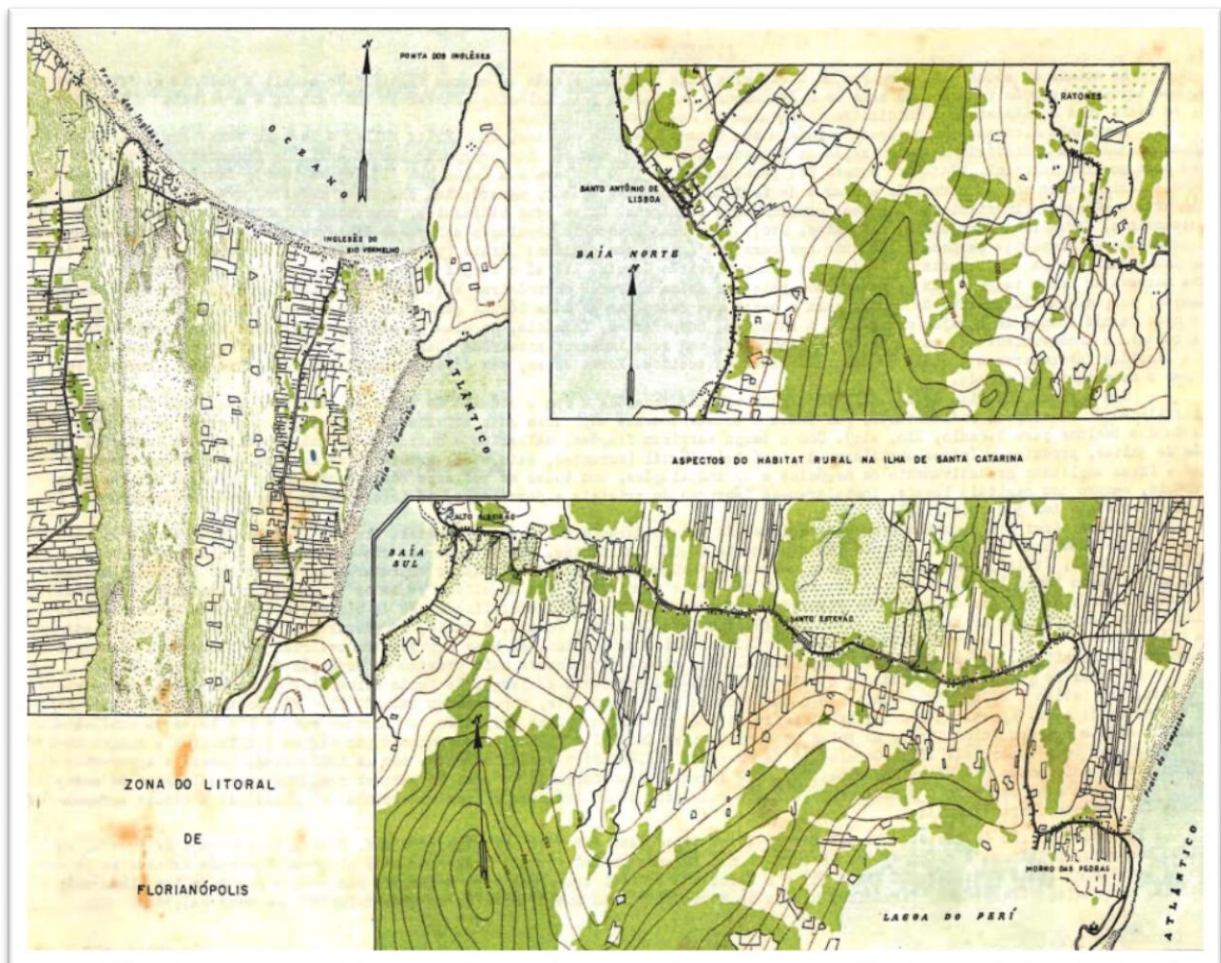
Parece, entretanto, que o habitat rural aglomerado que se propunha, por não ser acompanhado de uma agricultura de tipo comunitário, mostrou-se irracional, de tal como que não foi senão aplicado no início, sendo as novas casas construídas nas parcelas individuais, adaptando-se, portanto, o habitat a agricultura em campo fechados, compridos e perpendiculares aos caminhos dispostos ao longo do litoral ou dos vales (MAMIGONIAN, 1958).

Segundo Tricart (1956):

Um fato essencial caracteriza essa “colonização” individual: ela conserva, estereotipada, a estrutura agrária pré-urbana. [...] o traçado dos lotes primitivos se mantem no seu conjunto: os mais exíguos persistem tal qual, outros são divididos em dois ou três (TRICART, 1956, p.474).

Tal divisão fundiária ainda se mostra bastante presente no distrito, mesmo com todas as transformações sofridas nos últimos anos. Um bom exemplo disso são as conhecidas “servidões”, que podemos considera-las como formas espaciais anteriores que persistem no tempo presente, ou seja, as denominadas rugosidades espaciais (SANTOS, 1990).

Figura 2 – Habitat rural açoriano



Fonte: extraído de Mamigonian (1958).

Conforme Armen Mamigonian, em meados do século XVIII, graças à extensão da praia (Ingleses), dispõe-se frouxa e linearmente, com igreja, 130 casas de pescadores, 30 galpões de canoas e 6 “negócios”. “A população vive exclusivamente de pesca; os donos ficam com a metade e a outra é repartida entre a “camaradagem”. A venda de excedente de algum significa dá-se durante as safras da tainha, enchova e espião”. (MAMIGONIAN, 1958)

Essas explorações policulturas familiares nos Ingleses do Rio Vermelho, assim como em outras regiões da Ilha de Santa Catarina, forneceram nos fins do século XVIII e início do XIX, excedentes para exportação, com produtos predominantes do local (farinha de mandioca, feijão, peixe, peixe salgado amendoim).

Segundo Zeferino (2008) os tradicionais ranchos de pesca dispostos ao longo da extensão da praia dos Ingleses, que contabilizavam no passado mais de 70 unidades, com três grandes instalações de salgas de peixe, foram importante fonte de renda e de acumulação de capital. A partir dessa

pequena unidade produtiva estruturada por uma divisão semi-manufaturada do trabalho, onde manifestava-se a etapa de captura exercida por camaradas, ao lado do camarada-proprietário do instrumento (embarcações, redes etc.) que, além de participar do processo supervisiona a atividade. A etapa do beneficiamento é atribuição destinada às mulheres e às crianças, geralmente familiares dos camaradas e seus ofícios consistiam em limpar e salgar o pescado que, num primeiro estágio, ocorria nos espaços próximos à praia e rios, a céu aberto. "*Num segundo momento, o beneficiamento final era realizado no interior das semi-manufaturas, isto é, nos ranchos, espaços estes partilhados com as embarcações*" (SILVA, 1992, p.99).

Esses produtos além de beneficiar o autoconsumo, também eram comercializados no mercado central de Desterro e o faturamento possibilitou a compra de novos instrumentos manufaturados para o pescado. Desta forma, pequenos produtores obtiveram a ascensão de classe dominante. Vale enfatizar, que este processo estava inserido no contexto de ascensão da pequena produção mercantil estudado por Bastos (2000). Para Bastos (2011), a primeira fase de urbanização contou com a exportação dos excedentes produzidos pela pequena produção mercantil açoriana.

No entanto, as praias continuavam sendo locais de despejo de distritos e lixos, ocupada pela comunidade pobre de pescadores. Este cenário começa a se transformar quando a urbanização, localizada na área central de Florianópolis, principalmente com o aumento populacional, sem as devidas medidas de saneamento, resulta numa epidemia de doenças. Isso fez com que famílias enriquecidas com o comércio central na Ilha de Santa Catarina migrassem para áreas um pouco mais afastadas do centro, indo buscar ocupação em chácaras. Estas tinham facilidade de acesso aos pontos d'água, qualidade e beleza do sítio, paisagem privilegiada, boa localização em relação à ação dos ventos, pois era "*mais favorecida pelos ventos frescos, no verão, e igualmente mais protegida das rajadas frias dos ventos de quadrante sul, no inverno*" (DIAS, 1947 apud SUGAI, 1994).

Paralelamente, a pequena produção mercantil açoriana, no fim do século XIX e início do século XX, entra em decadência por uma série de fatores conjugados, sejam eles em âmbito endógeno ou exógeno. Uma das explicações desta decadência, segundo Bastos foi de que: "*a pequena produção mercantil açoriana não ter desembocado em relações capitalistas de produção, está no papel concentrador e aristocratizante desempenhado pelos capitais de Desterro e do Rio de Janeiro*" (BASTOS, 2000, p.131).

Assim, o papel da policultura açoriana passa a decair ao ponto de Florianópolis depender totalmente do abastecimento de outras áreas; à exemplo: laticínios do Vale do Itajaí (MAMIGONIAN, 1964). É neste contexto que ocorre a diminuição da produtividade e o conseqüente

empobrecimento das famílias do distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Entretanto, tem-se de forma específica outros fatores que se somam a estes, tais como segundo (Lupi e Lupi, 1986 apud Gomes, 2010) :

a. Excessiva divisão das terras: até meados do século XX, as famílias que habitavam o bairro eram bastante numerosas. E a sucessão de terras era feita de maneira igualitária, ou seja, com o falecimento dos proprietários, as mesmas eram divididas em partes iguais e distribuídas aos filhos, além do costume de que a cada filho que casasse e fosse constituir família, era presenteado com uma fração do terreno. Assim, com o passar dos anos o solo estava extremamente fracionado, havendo, desta forma, pouquíssimo espaço para o cultivo.

b. Esgotamento do solo: a base da economia açoriana estava baseada na agricultura, desta forma a população dependia desta atividade para a sua manutenção. Todavia, com o possível aumento da população havia maior necessidade de produção de alimentos. Desta forma não havia o intervalo necessário para que o solo pudesse readquirir nutrientes, conseqüentemente os recursos destes solos foram se esgotando e a produtividade declinando.

c. Apropriação de terras de uso comum: como dito anteriormente, era usual, dentro da estrutura social açoriana a existência de terras de uso comum. Estas terras eram utilizadas tanto por aqueles produtores mais pobres que já não possuíam terras para plantar, como por famílias mais abastadas. A partir de meados do século XX estes terrenos foram apropriados por particulares, e, no caso do Rio Vermelho, pelo próprio Estado, visto que a área utilizada comunalmente por moradores do Rio Vermelho, Barra da Lagoa e Lagoa, atualmente integram o Parque Estadual do Rio Vermelho (CAMPOS, 1991). Estes fatores conjugados acarretaram um quadro de decadência para o distrito e sua população.

Como visto, somente a partir da Revolução de 1930 quando se estabelece um novo pacto de poder (burguesia industrial e os latifundiários), o Estado brasileiro toma a frente do desenvolvimento industrial do país. Porém, com uma especificidade analisada por Rangel, incansavelmente em seus estudos, que demonstrou que o Estado brasileiro era capitalista e feudal ao mesmo tempo. Enquanto, ao modo de produção capitalista realizavam-se mudanças institucionais fundadas para o pleno desenvolvimento das forças produtivas em expansão (a indústria); o feudalismo sentia-se presente em não permitir mudanças radicais nas relações sociais de produção, vigente em vastíssima área do território brasileiro.

Isto se fez sentir em Florianópolis, a partir da hegemonia política dos latifundiários feudais (Nereu Ramos) da região do planalto e a resistência dos comerciantes ilhéus em absorver tais

mudanças em curso, criando uma espécie de vácuo na trajetória econômica e social na década de 1960, quando então se inicia o processo de transformação radical da estrutura comercial de Florianópolis. Entretanto, esta resistência por parte dos latifúndios não afetou as medidas administrativas, como: a modernização das instituições públicas estaduais (transformação do Departamento de Terras e Colonização no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia); o estabelecimento de inúmeras escolas primárias e ginasiais (C.E. GETÚLIO Vargas localizadas no Bairro Saco dos Limões) e concurso público para ingresso na administração federal via Departamento de Administração de Serviço Público –DASP (BASTOS, 2000).

No distrito essas medidas são tomadas com um direcionamento na instalação de infraestrutura rodoviária, como outros equipamentos urbanos (rede elétrica e água canalizada).

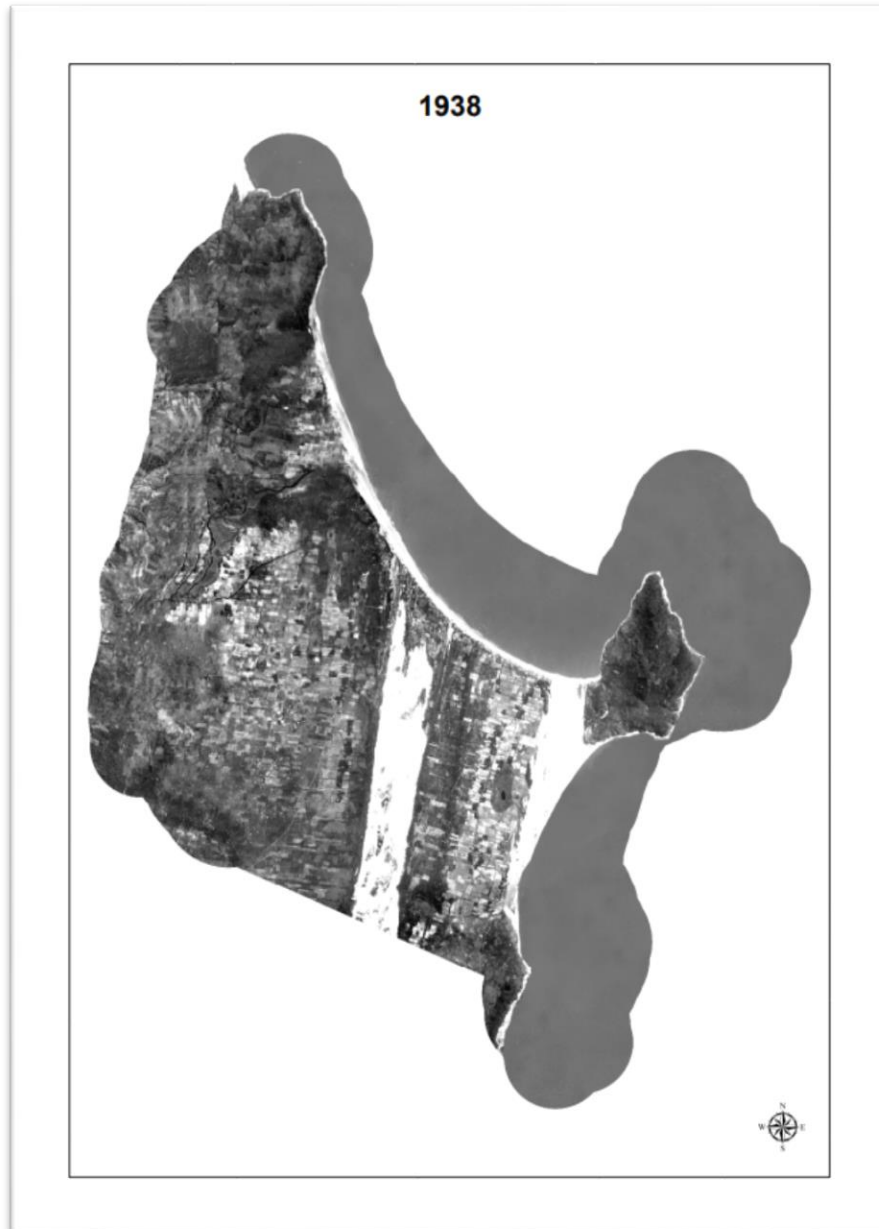
Desta forma, ressalta Milton Santos,

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômica e política. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Além de influenciar na evolução de outras estruturas (SANTOS, 1979, p.18).

Assim, este conjunto de medidas, que fazem parte de um processo, foram impulsionadas pelo modo de produção vigente, que organiza o espaço urbano visando a acumulação capitalista. Daí a segregação espacial corresponder a uma sociedade de classes, onde os mais humildes são empurrados a margem da modernização. Neste contexto, o Estado em suas diferentes escalas (Federal, Estadual e Municipal) tem seu papel predominante, através dos Planos Diretores e investimentos públicos diversos, tornando-se a ponta de lança das transformações nos moldes atuais.

Desde os anos de 1970, o distrito de Ingleses do Rio Vermelhos passa por mudanças estruturais e espaciais; estas últimas podem ser analisadas por meios das ortofotocartas e nos mapas de manchas urbanas de 1938, 1957; 1977; 1994; 2000; 2010 e 2016.

Figura 3 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1938)



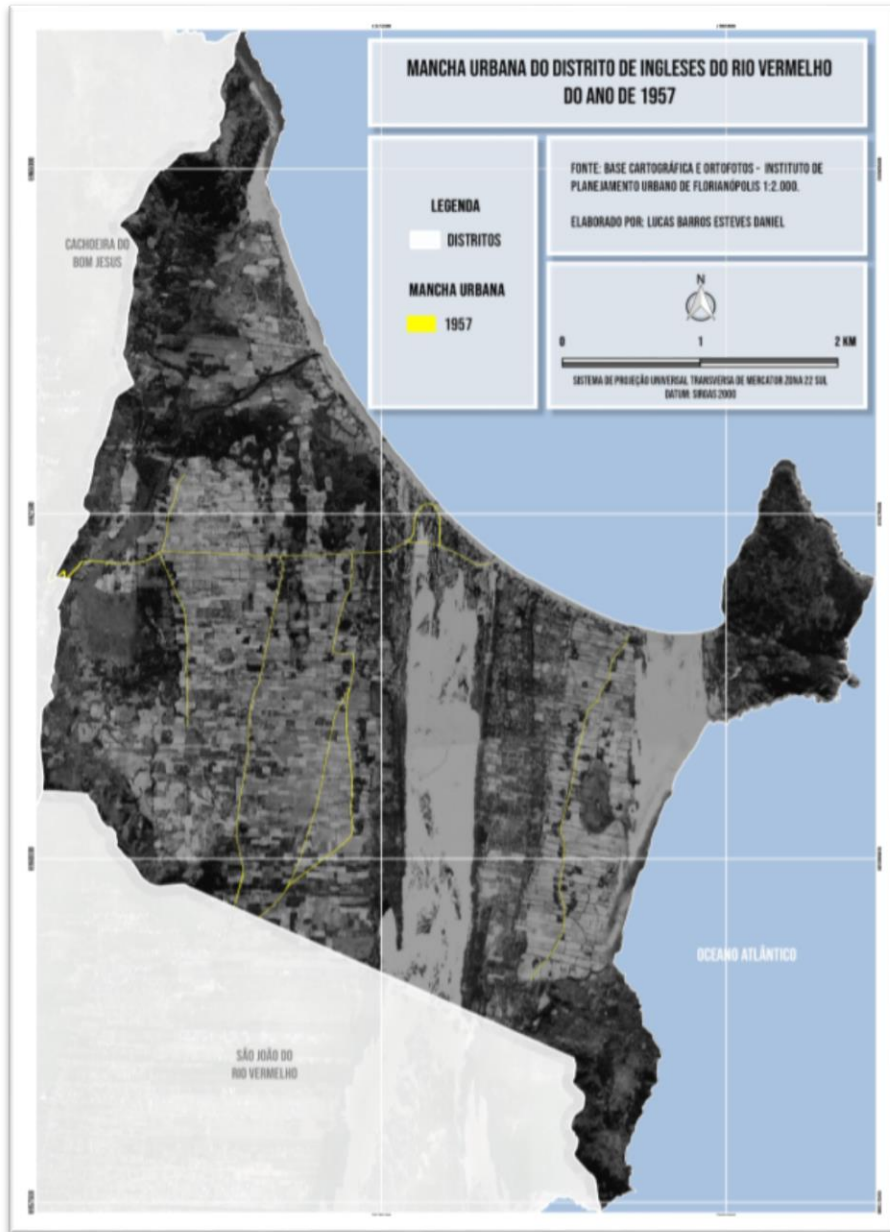
Fonte:Acervoda Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (Ano:1938).

Figura 4 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1957)



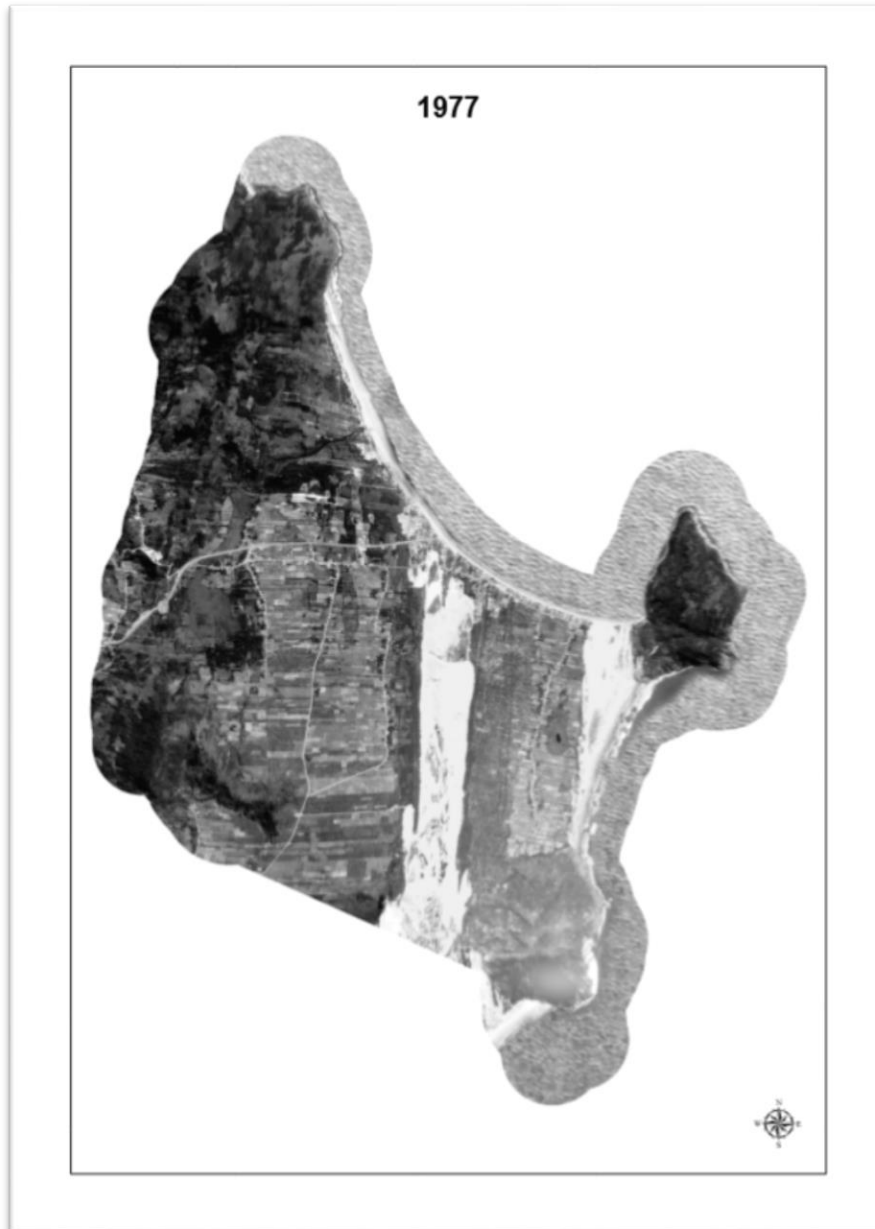
Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:1957).

Mapa 3 – Mancha Urbana do Distrito de Ingeles do Rio vermelho
(Ano:1957)



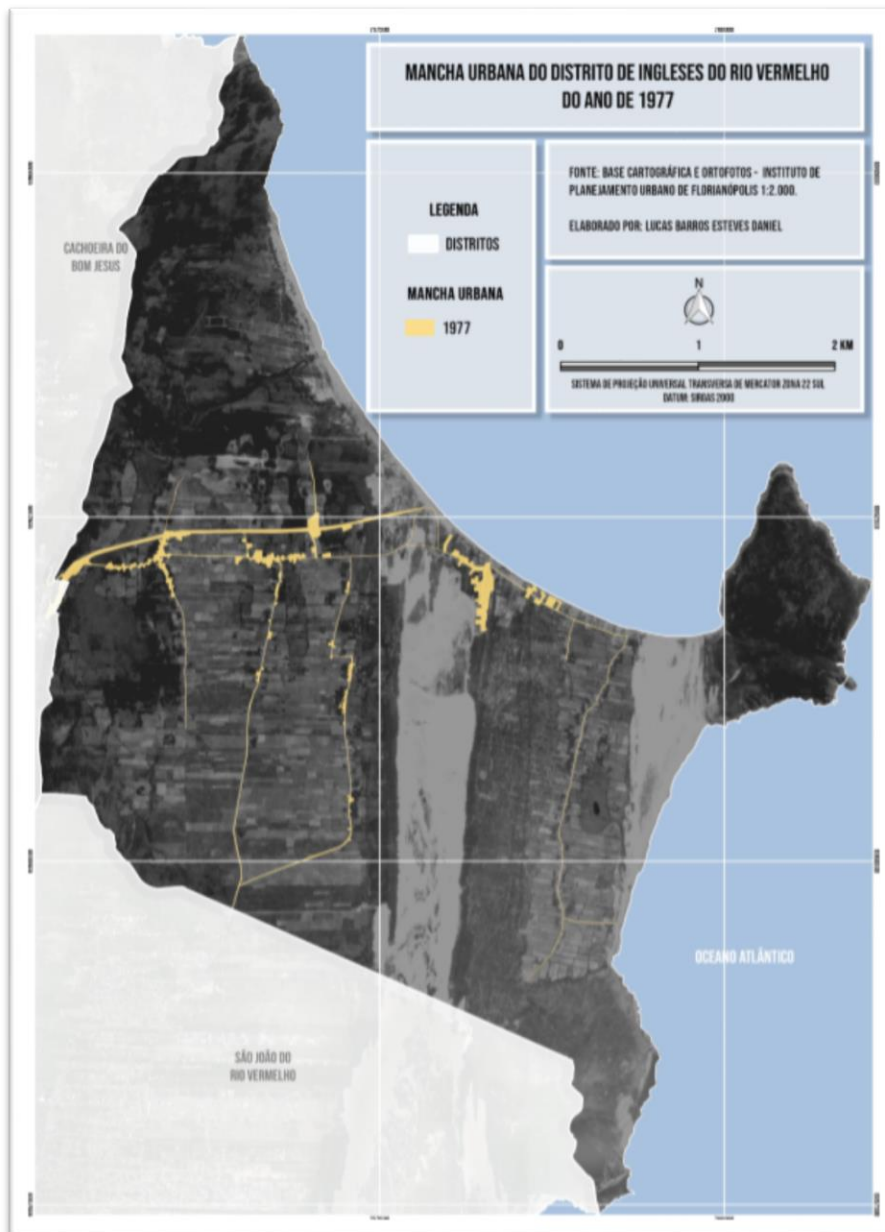
Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1957).

Figura 5 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1977)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:1977).

Mapa 4 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1977)



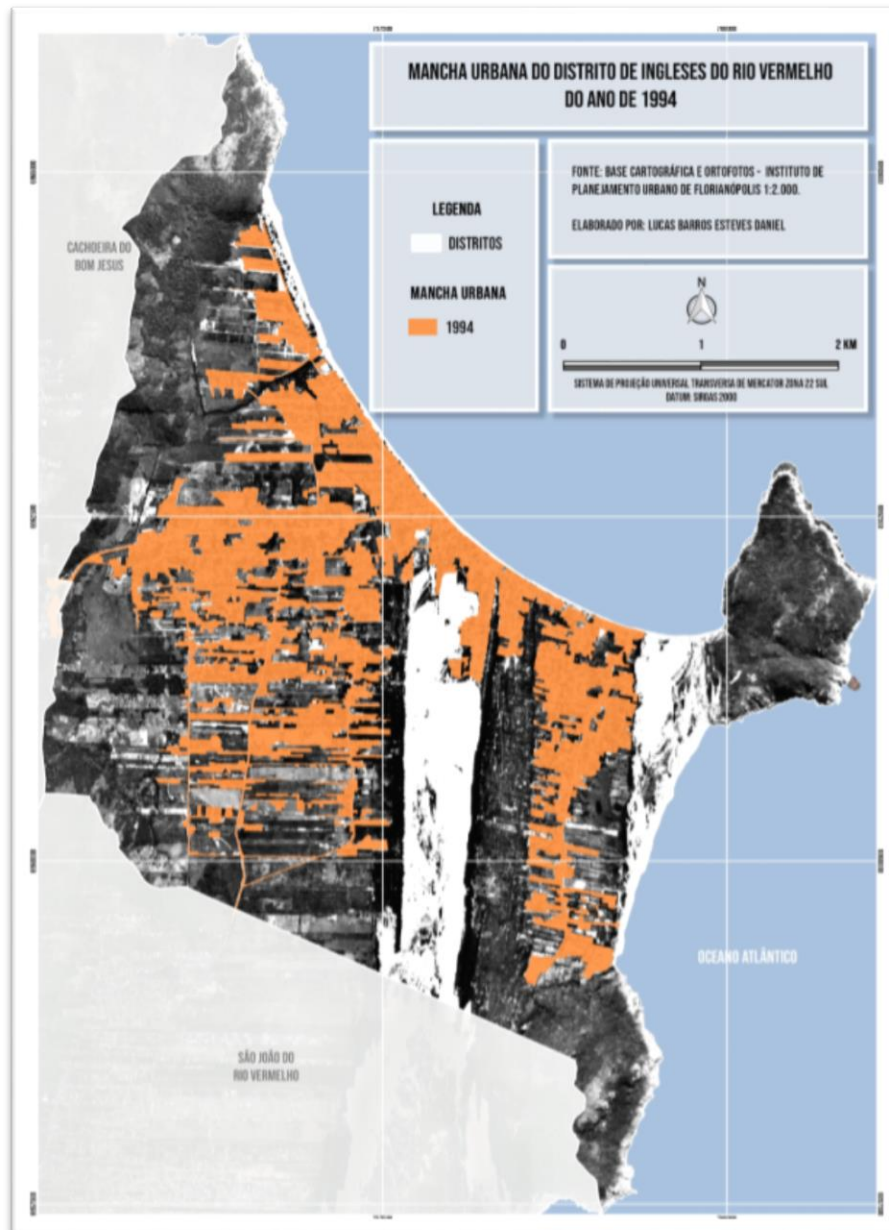
Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1977).

Figura 6 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1994)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:1994).

Mapa 5 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (1994)



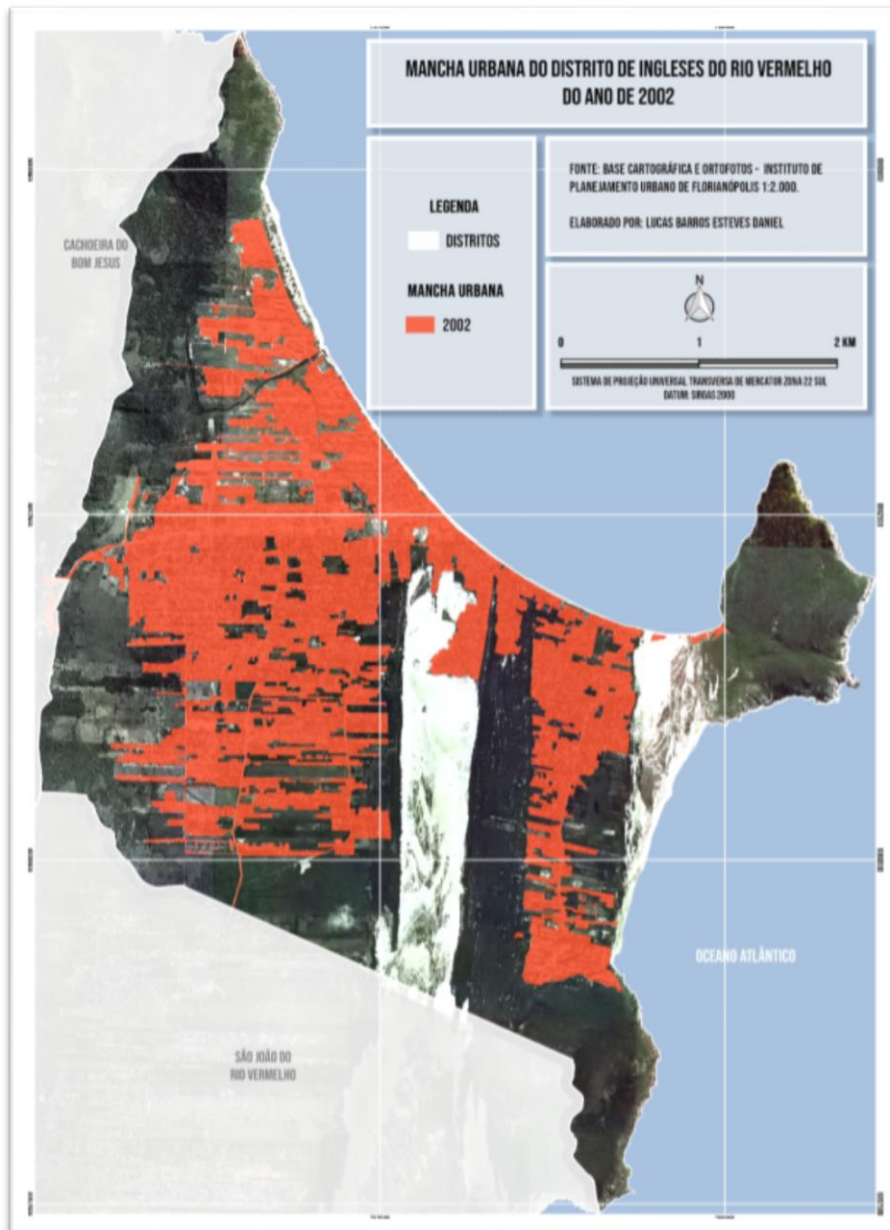
Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ano: 1977).

Figura 7 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2002)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:2002).

Mapa 6 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2002)



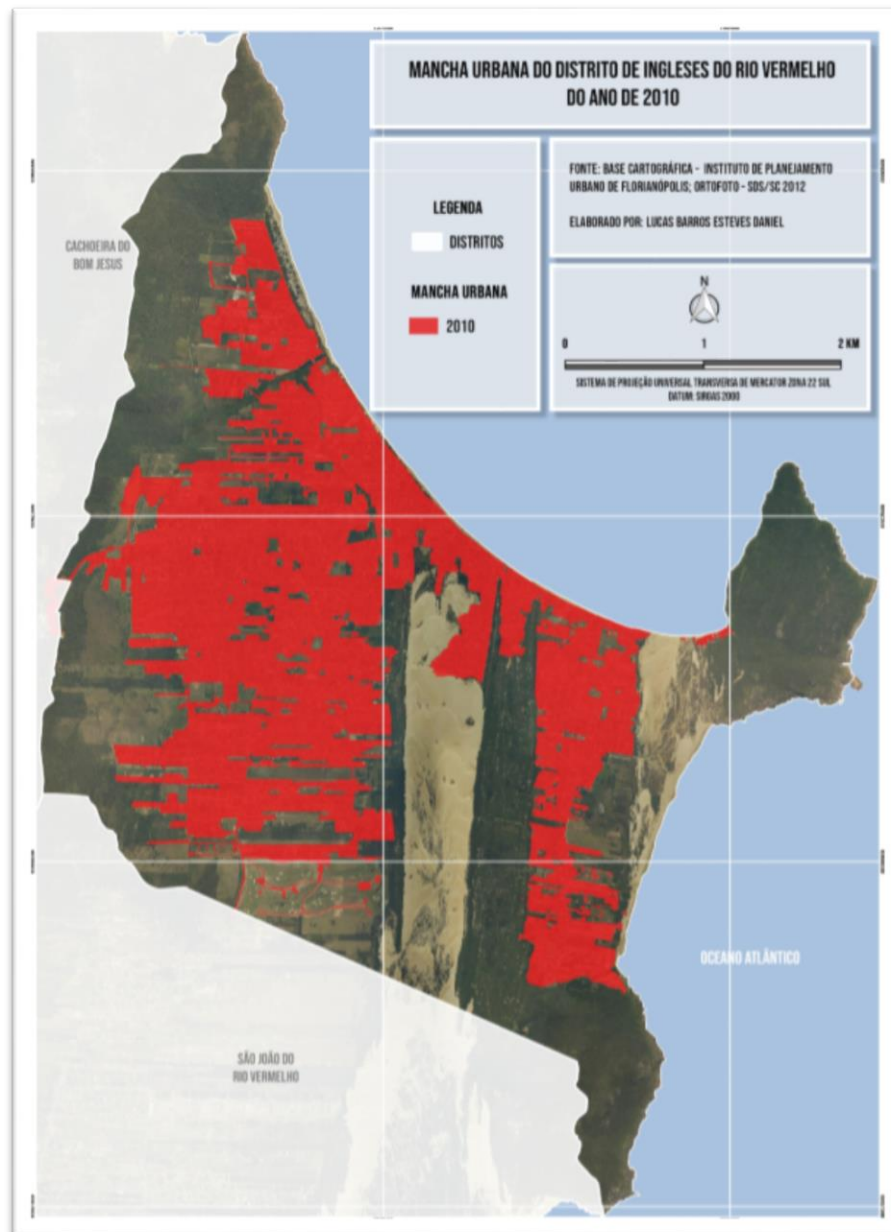
Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ano:2002).

Figura 8 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:2010).

Mapa 7 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2010)



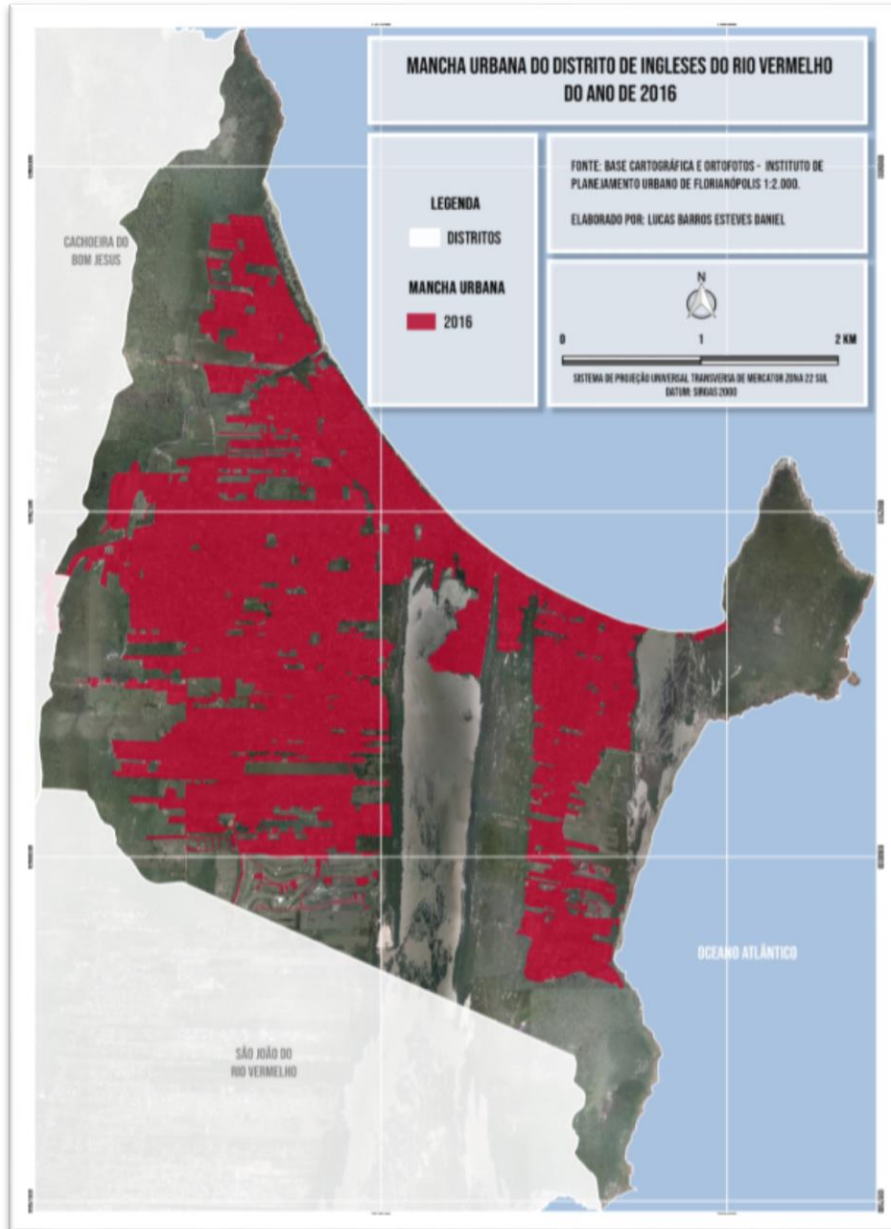
Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ano: 2010).

Figura 9 – Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2016)



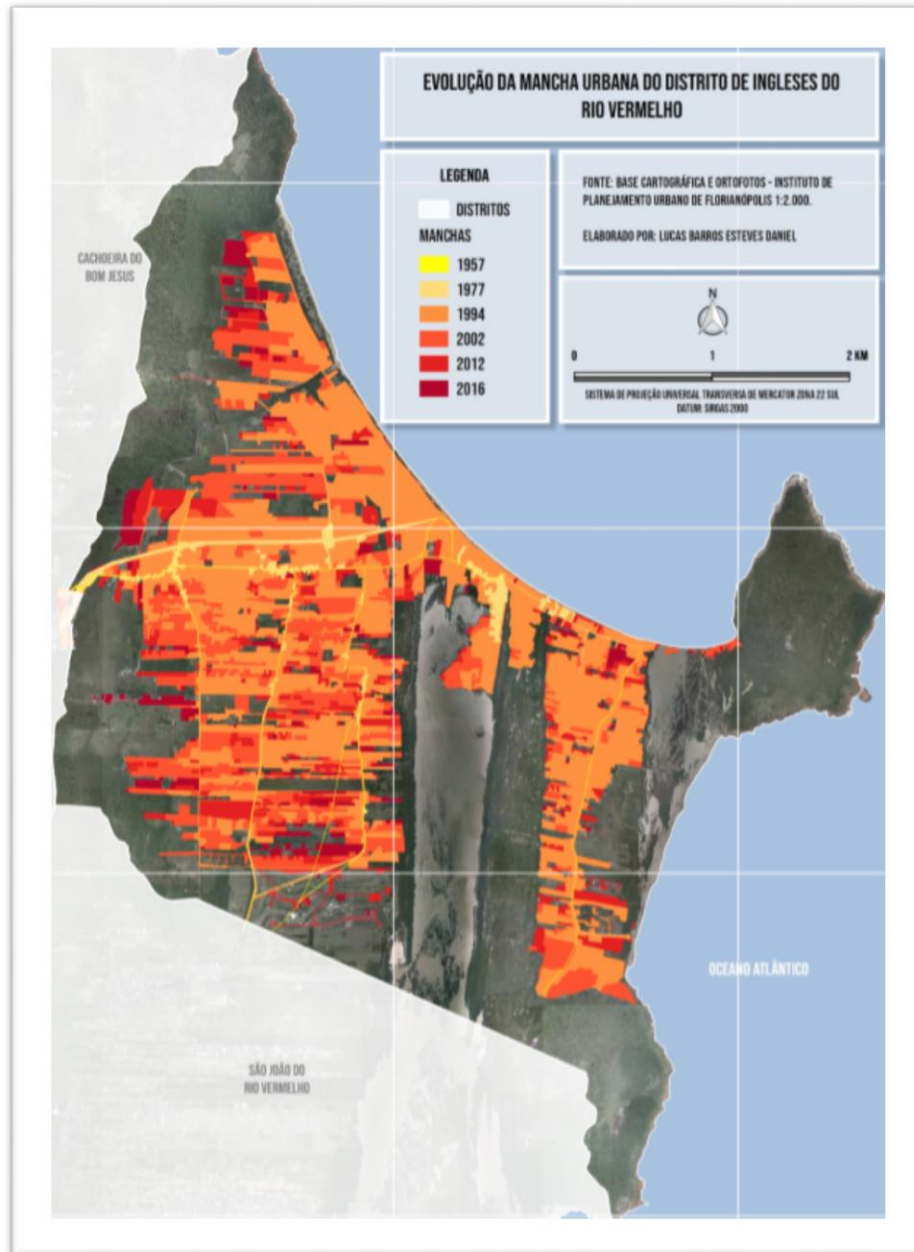
Fonte: Acervo da Secretaria de Estado do-Planejamento de Santa Catarina (Ano:1957).

Mapa 8 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2016)



Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ano: 2016).

Mapa 9 – Mancha Urbana do Distrito de Ingleses do Rio vermelho
(1957, 197, 1994, 2000, 2010 e 2016)



Fonte: Base cartográfica e ortofotocarta – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ano: 1957, 1977, 1994, 2000, 2002, 2010 e 2016).

3. A POPULAÇÃO E A RECENTE URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE INGLESSES DO RIO VERMELHO

Neste capítulo estudaremos, as influências do processo de urbanização de Florianópolis a partir dos anos 1950 até 2018, no distrito de Ingleses do Rio Vermelho e revelar as diferenças sociais que se expressam também no espaço.

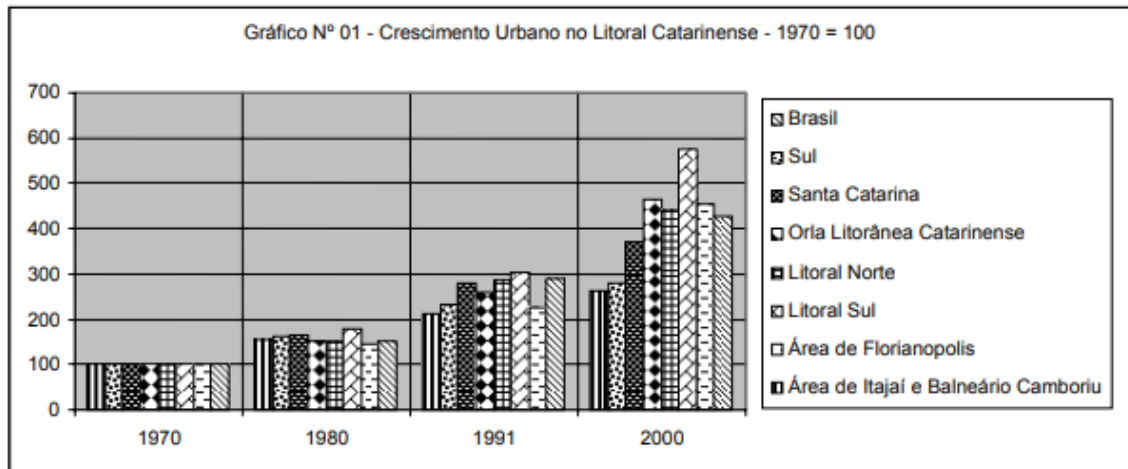
A urbanização de Florianópolis, a partir de 1950, teve um notório crescimento populacional, devido à implantação, como já mencionado, de universidades, órgãos públicos, empresas, estruturação e adequação do sistema viário etc. O poder público federal deu sequência às transformações iniciadas na década de 1930, isto quer dizer: políticas de planejamento que estimulem o desenvolvimento industrial do país. Este processo intensificado em 1950 até finais do século XX resultou numa urbanização de quase 120 milhões de novos cidadãos. (Bastos, 2008)

Em nível estadual, Santa Catarina em relação ao Brasil absorveu de forma significativa o processo de industrialização, visto que,

Desde a década de 1940, cresce industrialmente acima da média brasileira, pois neste ano sua produção correspondia 1,9% do montante industrial e em 2000 saltou para 4,4%, lembrando que em 1970 e 1980 a taxa de participação da indústria catarinense permanece 2,6 e 3,9%, respectivamente. (BASTOS, 2008, p.272)

Certamente que a população urbana de Santa Catarina acompanhou, como não podia ser diferente, o mesmo dinamismo da economia, pois no espaço de 30 anos, enquanto a população urbana brasileira multiplicava por 2,64 vezes, a de Santa Catarina por 3,7 e os municípios do litoral em 4,6 vezes. Isto proporcionou em 1970 aos municípios do litoral a participarem com 25,5% da população urbana de Santa Catarina, em 2000 esta porcentagem saltou para 32,1% (BASTOS, 2008). Como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Crescimento urbano do litoral catarinense



Fonte: extraído de José Messias Bastos, 2011.

O município de Florianópolis passou por um esvaziamento econômico provocado pela decadência da pequena produção mercantil açoriana nos fins do século XVIII e na primeira metade do século XX, quando ocorre à inserção da Ilha de Santa Catarina no contexto capitalista industrial, comandada pelos alemães e italianos. Seu crescimento somente retorna com os massivos investimentos realizados pelo poder público estadual e federal. Desta forma, “*os governos de Santa Catarina (a começam) a produzir seus planos [...] O Plano de Metas do governo catarinense acabou, por exemplo, [...] constituindo-se num importante momento de transformação na infraestrutura do Estado*” (BRANCHER, 1999, p.58). Assim, a Ilha de Santa Catarina readquire sua importância no espaço estadual e regional catarinense, exercendo atividades administrativas modernas.

Esta fase de urbanização influenciou diretamente as freguesias existentes em Florianópolis, pois deixou marcas na forma de apropriação das terras na Ilha de Santa Catarina; anteriormente, “*a terra possuía, para maioria, um importante valor de uso, o que independia da relação que o produtor tinha com a mesma, isto é, se ele era proprietário, posseiro ou apenas usufrutuário*”. (CAMPOS, 2002, p.25)

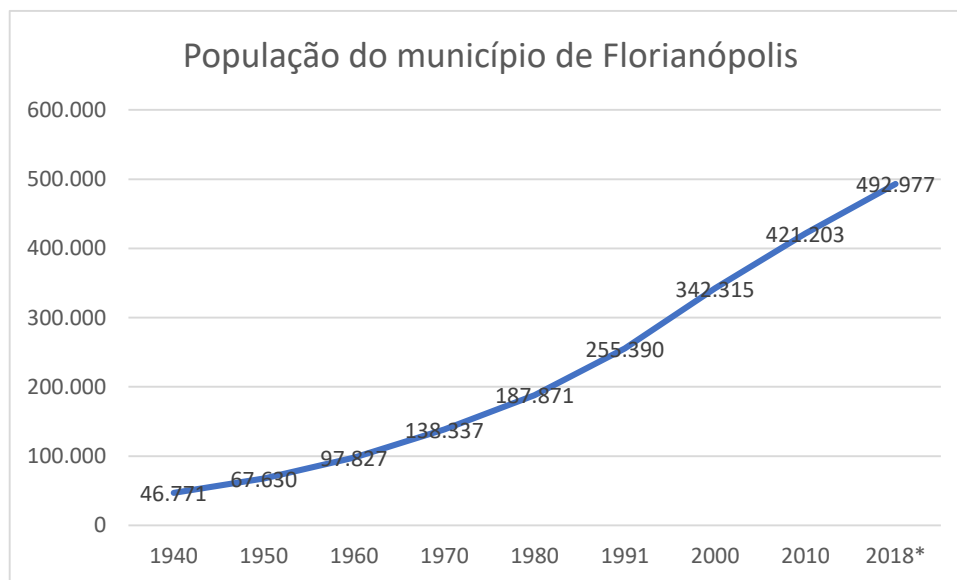
Com as novas transformações político-econômicas, a terra, que anteriormente tinha o seu “valor de uso” passa a ter um “valor mercantil”. Assim, “*quando a urbanização passa a se expandir, a agricultura e a pesca decaem, e a terra começa a ganhar valor, portanto, a relação do homem com a terra não pode ser mais a de posse*” (RIZZO, 1999, p.9 apud CAMPOS, 2002).

Além disso, há um ingrediente indispensável da transformação espacial e econômica, que marca a dinâmica na vida social das populações litorâneas de Santa Catarina, após 1970: o

desenvolvimento do setor turístico. Evidentemente, que este movimento atraiu os interesses dos poderosos, pois conforme *“Famílias ricas e esclarecidas vêm comprando as posses de antigos agricultores e pescadores, concentrando-as e obtendo na justiça título de propriedade com base no usucapião”* (RIZZO 1999, p.9 apud CAMPOS, 2002). Assim, foi se constituindo o espaço a sua maneira, ou seja, conforme *“os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnica e de capital”* (ANDRADE, 1987, p.14). Paralelamente, a acumulação da população urbana permitiu gerar uma multiplicação e uma diversificação de ocupação e empregos típicos do crescimento.

No gráfico a seguir verifica-se o crescimento contínuo e intenso da população de Florianópolis a partir de 1970.

Gráfico 3 – Evolução da população de Florianópolis



Fonte: IBGE, Cidades (2010)

Assim, podemos dizer que o acréscimo da população tem como fundamento: 1) o dinamismo econômico seja ele nacional ou estadual; 2) aquisição de imóveis como investimento; 3) aquisição, por parte de indivíduos das áreas alemãs do estado, de imóveis para veraneio (posteriormente também feito por gaúchos, paranaenses e argentinos); 4) melhorias na infraestrutura urbana (BASTOS, 2007). Também é importante lembrar, quanto ao último fator apresentado, que ocorreu, a partir da década de 1950, a substituição do sistema ferroviário pelo rodoviário. Daí a importância da BR-101 para o entendimento do desenvolvimento de Florianópolis, bem como de todo o litoral catarinense, visto que esta rodovia facilitava o acesso às duas principais metrópoles do Sul do país (PEREIRA, 2007).

O próprio poder municipal de Florianópolis, influenciado pelas medidas do Estado, em sua organização espacial, por meio dos planos diretores, principalmente, os de 1976; 1985 e 1997, tomaram a mesma direção de implantação de vias rodoviárias. Segundo Sugai (1994), esses planos diretores tiveram uma maior disposição para o estabelecimento de vias rodoviárias, devido a necessidade de circulação da frota de automóveis fabricados no Brasil. Contudo, foram essas vias implementadas que garantiram o acesso ao balneário da praia dos Ingleses. Desta maneira, começa o desenvolvimento do mercado turístico, imobiliário, varejista e de serviços no distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

3.1 Os Planos Diretores de Florianópolis.

O Plano Diretor é um instrumento obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com áreas de especial interesse turístico e situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

No município de Florianópolis três planos diretores – 1976; 1997 e 2014 – tiveram influência no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, principalmente, nas vias de acesso e a estrutura urbana e leis ambientais que previnem áreas para o turismo.

O Plano Diretor de 1976 (Modernista), veio legitimar e servir de orientação para todas as grandes intervenções viárias feitas nas décadas de 70 e outras seriam estabelecidas na década de 80, tais como: a criação de redes de integração rodoviária dentro da área metropolitana (rodovias estaduais); c) a integração destas rodovias com a BR-282 (Florianópolis/Lages), para acelerar o desenvolvimento em Lages e região e o mais importante deste plano o eixo viário de integração Continente-Ilha, que se dirigia para a área sudeste de Florianópolis (SUGAI, 1994).

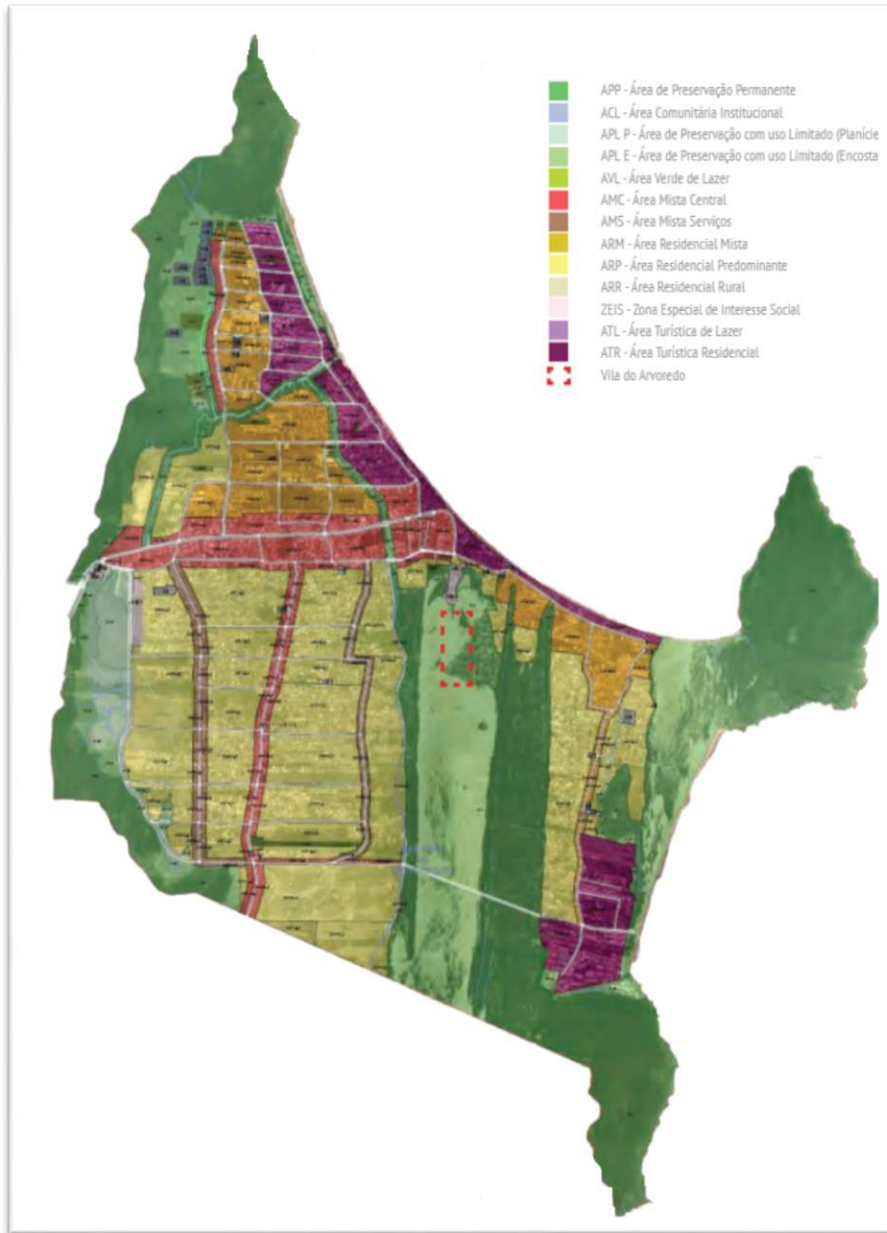
Já o plano dos Balneários, pode-se destacar que de início em função da problemática definida, ao contrário do Plano de 1976, o Plano de Balneários não elegeu as áreas de transporte como ponto chave. Destinou apenas três seções relativas ao Sistema Rodoviário, Hidroviário e à Circulação de Pedestres, pois o plano tinha como objetivo: “preservar a paisagem e o ambiente natural da Ilha, controlar o crescimento urbano, evitar a urbanização dos grandes vazios rurais, definir as áreas urbanas requeridas pelo desenvolvimento turístico, dotando-as de zoneamento e sistema viários adequados, e preservar as zonas históricas e a cultura tradicional” (CAMPOS, 2004, p.182).

Segundo Sugai (1994), o Plano Diretor de 1997 teve as suas funções e capacidades com as seguintes denominações: 1) Vias arteriais - ligação entre o Centro, os balneários e os municípios vizinhos; 2) Vias principais - ligação do tráfego de passagem com o tráfego local. Via facilitadora do transporte coletivo; 3) Vias coletoras - ligação do tráfego das vias sub-coletoras e locais com as vias principais. Corredor de comércio e serviços; 4) Vias sub-coletoras - ligação das vias locais às vias coletoras. Função comercial. Facilita o acesso ao interior dos bairros; 5) Vias locais - ligação das demais vias de circulação com os lotes urbanos residenciais; 98 6) Vias preferenciais para pedestres - ligação do fluxo de pedestres com os lotes urbanos residenciais; 7) Vias panorâmicas - função de turismo e lazer devido à visibilidade da paisagem com elementos naturais e culturais marcantes; 8) Ciclovias – destinadas à circulação exclusiva de bicicletas. Estes movimentos desencadeou um fluxo migratório considerável para a município de Florianópolis, sobretudo, para os balneários.

Por fim, o mais recente dos Planos Diretores, o de 2014 (“participativo”), estabelece áreas residenciais predominantes que permitem a criação de pequenos serviços e comércios vicinais. Além, de mais três vias, duas delas que possuem um intuito claro de conter a expansão urbana sobre as áreas de preservação e uma terceira, que aparentemente corta a zona de dunas no centro do bairro, indo em direção ao “resort” Costão do Santinho. Nesta última via de acesso, percebe-se cada vez mais como as ações do governo municipal estão intimamente ligadas aos interesses do capital. Pois, estabelecem laços com os empresários, que acabam tendo um poder muito maior sobre a cidade do que qualquer cidadão comum. Assim, a abertura desta terceira via, não há outro critério, se não aquele de garantir o acesso rápido saindo da SC-403 diretamente até o hotel em frente à praia.

Portanto, não há casa, morador, dunas ou área de preservação que segure os interesses dos maiores controladores da cidade (Lucas Affonso PASSOLD, 2014).

Mapa 10 – Zoneamento do Distrito de Ingleses do Rio vermelho (2014)



Fonte: extraído de Lucas Affonso Passold (2014)

A relação dessas melhorias em Florianópolis atraiu investimentos, empresas e um contingente de pessoas de vários estados do Brasil. Este movimento de migração pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 – Brasileiros natos, em Florianópolis, por lugar de nascimento

Estados	Ano					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rondônia	1	0	8	45	157	242
Acre	4	13	34	42	51	223
Amazonas	19	17	90	146	157	247
Roraima	4	0	7	19	34	358
Pará	45	43	140	274	577	941
Amapá	0	0	8	8	15	58
Tocantins	----	-----	----	----	41	153
Maranhão	32	30	47	115	400	795
Piauí	18	20	38	54	239	289
Ceará	43	92	143	302	664	1.024
Rio Grande do Norte	80	61	113	179	315	403
Paraíba	38	39	85	277	343	499
Pernambuco	122	142	319	441	1.050	1.118
Alagoas	50	45	71	92	183	711
Sergipe	38	27	25	33	99	369
Bahia	67	109	253	603	832	2.872
Minas Gerais	130	249	868	1.236	2.293	3.442
Espírito Santos	16	40	102	283	218	394
Rio de Janeiro	184	377	2.879	4.077	6.356	7.988
São Paulo	505	606	2.505	5.784	11.214	19.624
Paraná	562	1.110	3.504	7.791	14.897	22.363
Santa Catarina	93.974	132.114	167.227	213.721	264.887	293.262
Rio Grande do Sul	946	1.928	6.578	16.820	31.524	53.476
Mato Grosso do Sul	----	----	218	169	751	1.768
Mato Grosso	51	92	95	39	259	828
Goiás	7	28	72	229	383	767
Distrito Federal	0	20	85	298	915	1.205

Fonte: Biblioteca IBGE, 1960, 1970, 1991, 2000 e 2010.

A população de migrantes que chegam a Ilha de Santa Catarina busca oportunidades de trabalho, renda e qualidade de vida, amplamente propagados nas mídias, porém, há crescimento urbano sem os meios necessários que assegurem uma política econômica que enseje a criação de maior número de empregos permanentes. Assim, “*esse problema de emprego encontraria sua origem no desequilíbrio entre o número de lugares oferecidos e a massa incontrolável de postulantes, inclusive os migrantes*” (SANTOS, 1986, p.87). Desta forma, é evidentemente que a contradição se instala, tais como: a violência no lugar da segurança e o caos econômico substituindo a tranquilidade de uma vida digna.

Partindo deste ponto, no último censo demográfico do IBGE (2010), o distrito de Ingleses do Rio Vermelho contabilizou-se um total de 29.814 mil habitantes, distribuído numa área de aproximadamente 20,47km². Como visto no processo de urbanização de Florianópolis, o Norte da Ilha foi escolhido, por meio de pressões políticas e econômicas, como local de investimentos.

Hoje, o Norte é a região mais populosa da Ilha de Santa Catarina, como o distrito de Ingleses do Rio Vermelho também o é. Se analisarmos o índice de violência levantada pela Segurança Pública no primeiro semestre de 2017, em Florianópolis teremos os seguintes resultados:

Tabela 3 – Região mais violenta de Florianópolis

Região	Nº de Mortes
Norte	48
Continente	26
Centro	22
Sul	4
Leste	1

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança (2017).

Tabela 4 – Bairros com mais mortes violentas

Bairro	Nº de Mortes
Monte Cristo	13 homicídios
Ingleses	11 homicídios 1 morte por confronto policial
Vargem do Bom Jesus	9 homicídios e 3 mortes por confronto policial
Capoeira	5 homicídios e 2 mortes por confronto policial
Centro	3 homicídios e 3 lesões seguida de morte
Canasvieira	3 homicídios, 1 latrocínio e 1 lesão seguida de morte
Vargem Grande	5 homicídio

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança (2017).

Não seria prudente, relacionar o problema da violência na região Norte da Ilha, como no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, sendo simplesmente resultado do crescimento populacional. As razões para este tipo de situação podem ser explicadas, como já mencionamos, em virtude da incapacidade dos governos de assegurar uma política econômica com reais possibilidades de prover as necessidades da população.

Uma outra explicação estaria nas diferenciações sociais encontradas no mesmo espaço, que segundo Santos (1986, p.22): “A repartição da população em camadas com acentuadas diferenças

de renda, de consumo, de nível de vida etc...., faz com que, em um mesmo espaço, apareça uma variedade de resultados relacionados com os diferentes aspectos da realidade social”. Assim, se analisarmos a área de estudo por esta hipótese temos a seguinte distribuição:

Figura – 10 Limites dos Bairros do Distrito de Ingleses do Rio vermelho



Figura - Fonte: Extraído de Augusto César Zeferino (2008).

Como observado na ortofoto de 2016, a população se distribui pelos bairros: Ingleses Norte, Ingleses Centro, Ingleses Sul, Santinho e Capivari, mas a questão é identificar as diferenças sociais do mesmo, através, da diferença de renda, pois este permite as múltiplas oportunidades de uso e ocupação do espaço.

Tabela 5 – Rendimento por bairro

Rendimento	Ingleses Centro	Ingleses Norte	Ingleses Sul	Capivari	Santinho
Até 1/2 salário	24	5	14	148	31
Mais de 1/2 salário	353	20	22	1.580	369
Mais de 1 a 2 salários	1.061	145	568	4.653	1.043
Mais de 2 a 5 salários	1.041	226	57	3.494	714
Mais de 10 salários	392	136	184	792	184
Mais de 10 a 20 salários	145	65	62	157	32
Mais de 20 salários	30	28	14	28	13
Sem rendimento	1.047	213	513	3.901	910
Total	4.093	838	2.161	14.753	3.299

Fonte: SIDRA IBGE (2010).

Nesta tabela é possível verificar que o bairro mais populoso do distrito é Capivari, que tem um maior número de pessoas sem rendimento. Percebe-se também que o total da população sem renda, isto é, pessoas que ganham benefícios, trabalham na informalidade ou estão desempregadas, atingem um total de 6.584 mil moradores. Por fim, a somatória da população que ganha mais de 10 salários, até 20 e mais de 20, resulta no total de 2.260 mil pessoas. Ou seja, o distrito dos Ingleses é composto por maioria de trabalhadores, que na sua rotina enfrentam os limites de acesso a bens materiais básicos e às necessidades de lazer, saúde, educação e segurança, como mostra as figuras 11 a 18. Enquanto uma pequena parcela da população usufrui das múltiplas possibilidades do espaço e da vida social. Assim, tornam-se evidentes as diferenças sociais no limite do distrito, por conseguinte, estas diferenças podem gerar diferentes formas de violências.



Figura 11 – Bairro Capivari (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 12 – Bairro Capivari (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 13 – Bairro Ingleses Sul (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 14 – Ingleses Sul (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 15 – Ingleses Centro (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 16 – Ingleses Centro (2018). Foto: Bruno Cerino dos Santos, 28 de nov 2018.



Figura 17- Vila Arvoredo, localizada ao lado Oeste do bairro Ingleses Sul. Fonte: Cristiano Estrela (2016).



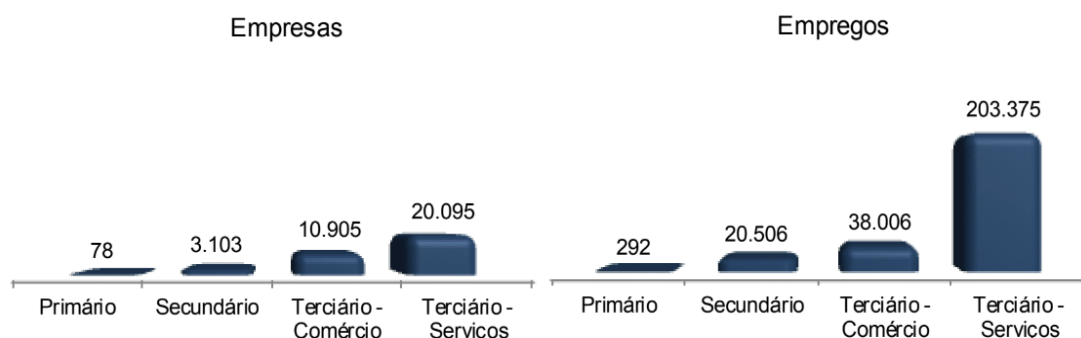
Figura 18- Vila Arvoredo, localizada ao lado Oeste do bairro Ingleses Sul. Fonte: Cristiano Estrela (2016).

Estas figuras representam as diferenças espaciais no distrito de Ingleses do Rio vermelho. Como podemos perceber a figura 11 e 12 (Capivari), bairro onde estão alocados a maior parte da população, possui algumas servidões sem infraestrutura suficiente, tais como: ruas sem calçamentos, sem acesso a esgoto, a tratamento de água entre outros. Já as figuras 13 e 14 (Ingleses Sul),

identificamos ruas largas, condomínios fechados, eletricidade, tratamento de água, saneamento básico e segurança. O bairro das figuras 15 e 16 (Ingleses Norte), localiza-se o centro comercial do distrito, estão presente neste espaço os grandes Bancos que operam no Brasil (Brasil, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander); conta também com o trabalho dos Correios, restaurantes, mercados varejistas (Angelone e Brasil) e mais três centrais universitária (Uniasselvi, Uninter e UNIP). Ou seja, um centro dinâmico que gera renda e emprego. E por último, temos a Vila Arvoredo uma localidade que se encontra nas dunas dos Ingleses. Esta localidade que começa a ser ocupada em 1980, com apenas 30 família, no entanto, no levantamento da prefeitura no ano de 2017, contabilizou-se uma média de 400 famílias vivendo numa Área de Preservação Permanente (APP), este fato faz com que a prefeitura e órgãos ambientais (FLORAM), pressionem a desocupação considerando esta APP e APL identificadas na área. Entretanto, nenhuma mobilização ou solução para o problema habitacional destas 400 famílias, que habitam uma área sem nenhuma infraestrutura.

Quanto a ocupação profissional da população tanto em escala nacional, isto, em posição de país periférico do centro dinâmico capitalista, como nas escala estadual e local, predomina o setor terciário superior. Assim, temos para os municípios de Florianópolis:

Gráfico 4 – Evolução de empresas e empregos (2011)



Fonte: extraído de SEBRAE (2011)

Este gráfico situa-se num período ainda favorável para economia brasileira, vale lembrar, que no final do mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, as exportações brasileiras em 2011 alcançaram o recorde de US\$ 256 bilhões, 14% do Produto Interno Bruto (PIB). A China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil. As exportações para o país asiático cresceram quatro vezes

mais que as exportações totais entre 2000 e 2010, com destaque para soja, café, minério de ferro e petróleo⁵. Ou seja, o Brasil surfava na onda dos altos preços das Commodities.

A resposta no âmbito interno, foi sentido, pelos estímulos à exportação; a liberação de crédito pelos bancos públicos; empregos; aumento do salário mínimo e a expansão dos Programas sócias. E isto ocorre dentro de uma crise econômica mundial, da qual atinge os Estados Unidos em 2008, debilitando relações de mercado com outros países, evidentemente, a crise se alastra de forma mundial. Entretanto, a ótima fase das commodities e as medidas econômicas internas, combinadas, diminuíram a crise que atinge o Brasil neste período. Porém, com a forte entrada de dólares durante o superciclo das commodities fez com que o real se valorizasse de forma artificial, minando a competitividade da indústria manufatureira. Em julho de 2011, a moeda brasileira atingiu o maior valor em relação ao dólar desde 1999, o equivalente a cerca de US\$ 0,65 (Garcia, 2016)⁶.

No fim do primeiro governo de Dilma, em 2014, o cenário já era outro, mas a política anticíclica manteve-se, operando com redução na taxa básica de juros, cortando impostos e ampliando o gasto público. Isto fez com que a situação das contas públicas se deteriorasse junto com o cenário externo. E mais a desaceleração da economia chinesa levou a uma queda brusca no preço das commodities. Isso gerou uma série de quedas na produção brasileira; por exemplo, o minério de ferro que despencou de US\$ 187,18 a tonelada, em fevereiro de 2011 para US\$ 37 em dezembro de 2015. O petróleo perdeu mais de 60% de seu valor e encerrou 2015 abaixo de US\$ 40 o barril, o menor nível desde 2003 (Garcia, 2016).

Assim, dá-se início a uma crise econômica brasileira que afetou o mercado catarinense, por conseguinte, os empregos oferecidos, como pode ser visto adiante:

Tabela 6 – Admissões e desligamentos (2016)

Setor	Admissões	Desligamentos
EXTRAÇÃO MINERAL	0	0
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	281	275
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	45	35
CONSTRUÇÃO CIVIL	356	329
COMÉRCIO	1.925	2.328
SERVIÇO	5.362	4.574

⁵ Giselle Garcia – Correspondente da Agência Brasil (2016).

⁶ Jornalista e Correspondente da Agência Brasil.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	43	53
ADMINISTRAÇÃO AGROPECUÁRIA	52	11
TOTAL	8.054	7.605

Fonte: RAIS/MTPS (2016).

Desta forma, a crise afeta os três principais setores da economia de Florianópolis (construção civil, comércio e serviço), fazendo sentir-se no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, onde estes setores são predominantes. Estas evidências podem se relacionar com a Tabela 6, que expressa um número relevante de trabalhadores sem renda, geralmente, fora do trabalho formal.

No ano seguinte 2017 o resultado já aponta para uma retomada positiva dos setores, conforme a Tabela 7:

Tabela 7 – Atividade econômica por setor

IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
EXTRAÇÃO MINERAL	43	5	48
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	3.668	2.462	6.130
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	4.141	1.221	5.362
CONSTRUÇÃO CIVIL	5.144	948	6.092
COMÉRCIO	18.955	18.767	37.722
SERVIÇO	65.374	68.419	133.793
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	44.239	43.924	88.163
ADMINISTRAÇÃO AGROPECUÁRIA	296	71	367
TOTAL	141.860	135.814	277.677

Fonte: RAIS/MTPS (2017)

Quando se analisa a remuneração destes principais setores (construção civil, comércio e serviços) e a escolaridade do município de Florianópolis, e quando relacionamos os resultados com as características da população dos Ingleses do Rio Vermelho, podemos identificar em quais das

localidades encontra-se a população dos respectivos setores. Evidentemente, estão dispostos no bairro Capivari, lugar onde os equipamentos urbanos não estão presentes por completo.

Tabela 8 - Subsetor de Atividade Econômica

Atividades	Rendimentos
Construção civil	2.278,63
Comércio Varejista	2.020,06
Comércio atacadista	2.501,65
Serviços	2.812,81

Fonte: RAIS (2017).

Tabela 9 - Remuneração Média por escolaridade

Instrução	Masculino	Feminino
Analfabeto	2.337,69	1.522,05
5º série incompleta do Ensino Fundamental	2.049,19	1.531,91
5ª série completa do Ensino Fundamental	2.218,77	1.575,25
9ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.291,97	1.527,88
Ensino Fundamental completo	2.025,92	1.625,18
Ensino Médio incompleto	2.123,63	1.847,58
Superior incompleto	3.004,30	2.168,38
Superior completo	6.981,48	4.671,38

Fonte: RAIS (2017).

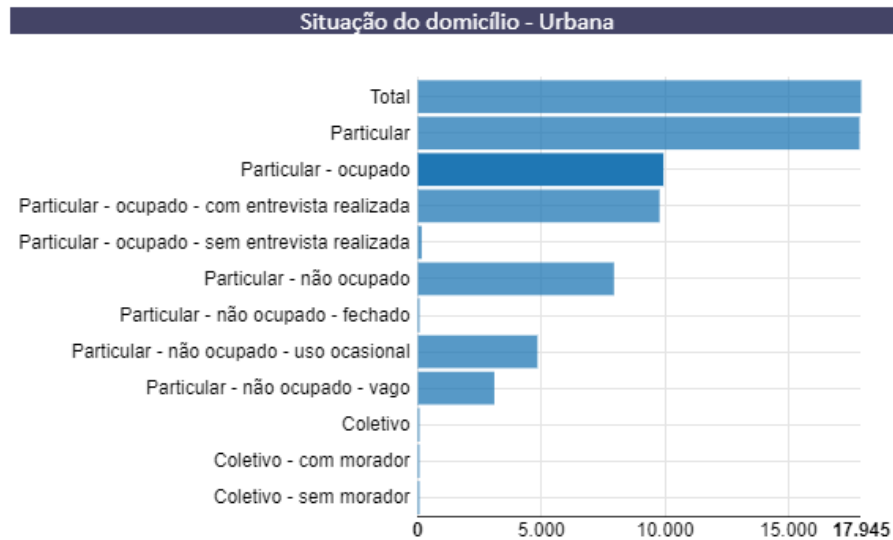
Nesta tabela, uma característica nos chama atenção para a evidente desigualdade salarial entre o gênero, apesar do mesmo nível escolar. E de como o Ensino Superior representa as melhores remunerações

3.2 A questão da habitação

Segundo o IBGE (2010), sobre a situação do domicílio, o número de propriedades particulares não ocupadas no valor de 7.995 imóveis, somado ao número de propriedades de caráter vagas 3.129 imóveis, tem-se um total de 11.124 propriedades. Ou seja, mais que o total de propriedades ocupadas. Esta situação está relacionada ao mercado imobiliário, não somente dos grandes agentes, mas dos

próprios proprietários que alugam para a temporada de veraneio e para os trabalhadores temporários ou residentes. Conforme o Gráfico 4:

Gráfico 5 – Situação do Domicílio –Urbano



Fonte: IBGE (2010)

Em alguns casos esses proprietários são beneficiados pelo aumento populacional, porque fazem de suas propriedades pequenos apartamentos, e oferecem a população um ambiente, muitas vezes, sem condições adequadas.

Além do problema que se encontra na própria expansão da área urbana, podendo esbarrar nas leis ambientais do município, como o caso da comunidade da Vila Arvoredo que se formou sobre as dunas do lado Oeste do bairro Ingleses Sul, e que sofre atualmente pela pressão dos órgãos fiscalizadores, como a FLORAM, que em 2017 realizou uma operação que demoliu 35 casas abandonadas na comunidade do Arvoredo (Siri), na Praia dos Ingleses. Segundo a prefeitura, a demolição ocorreu sem ordem da Justiça, com o objetivo de evitar que as casas fossem novamente ocupadas, pois segunda as informações disponíveis por parte da prefeitura, a comunidade era dominada pelo tráfico de drogas.

Para Milton Santos: *“a existência deste tipo de habitação na maior parte das cidades dos países subdesenvolvidos, é comumente considerada o resultado, de um lado da expansão demográfica, do outro da falta de dinamismo das cidades, incapazes de fornecer o número de*

empregos necessário” (SANTOS, 1990, p.63). E quando o mercado formal de emprego não consegue suprir a demanda populacional, o mercado ilegal absorve esta força de trabalho disponível.

Figura 19 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo



Foto: Cristiano Andujar/ PMF (2017).

Figura 20 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo



Foto: Cristiano Andujar/ PMF (2017).

Figura 22 - Desocupação de famílias da Vila Arvoredo



Fonte: Cristiano Andujar/ PMF (2017).

Por outro lado, um condomínio particular administrado pela Habitasul (Jurerê Internacional), também localizado ao Norte da Ilha, que recebeu um processo movido pela Justiça Federal, com ordem para derrubarem a construções na beira da praia. Entretanto, por meio de um acordo com a prefeitura, as construções ou os beach clubs mantiveram-se em funcionamento sem qualquer problema. Ou seja, a interferência do poder público em suas respectivas escalas Federal, Estadual e Municipal, ajudam a produzir um espaço urbano desigual.

Esta diferença social e espacial pode se agravar de acordo com o modelo econômico escolhido ou imposto politicamente. E ao que tudo indica ou o que se visualiza para os próximos anos no país, é um modelo neoliberal com alto vigor, pois possui um apoio relevante no campo político. Este modelo tem como fundamento o deslocamento da atuação do Estado nas áreas de bem-estar social (saúde, educação, lazer e segurança), para o uso exclusivamente do mercado.

Segundo Milton Santos⁷, com o neoliberalismo há uma tendência dos bens indispensáveis a vida digna, não estarem em todos os lugares, em função das pessoas presentes nesses lugares, mas dá resposta em termos de lucros oferecidos aos empresários. O neoliberalismo acaba fazendo do espaço um dado essencial na produção da cidadania e da capacidade de ser consumidor das coisas essenciais,

⁷ Entrevista concedida ao Programa Agenda Fase Nacional. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCuVTbl43p8DqoiT9gykhBkA>> acesso em: 26 de novembro de 2018.

pois se a educação, a saúde, lazer e segurança forem bens unicamente de mercado, por conseguinte, presentes no espaço de forma puramente mercantil, nós estamos ameaçando a sociedade de ter outro tipo de diferenciação social, que não tinha e de agravar as diferenças já existentes

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização do território da Ilha de Santa Catarina em muito esteve ligado aos interesses de ordem econômica ao longo do tempo. Este processo pode ser analisado em três fases, que segundo Bastos (2000), se relacionam a ascensão e a decadência da pequena produção mercantil açoriana. A primeira fase (ascensão) foi marcada pela exportação dos excedentes da produção policultura, que resultou em importantes estruturas espaciais para a ilha, tanto no espaço urbano que se constituiu, quanto na área rural que perdia sua potência, devido ao parcelamento individual das terras. A decadência da produção mercantil açoriana, que contextualiza a segunda fase de urbanização da ilha no final do século XIV e início do século XX, foi o período em que Florianópolis incorpora a função de centro comercial exportador, para se tornar praça importadora de produtos manufaturados encomendados pelos imigrantes alemães e italianos. A última fase está relacionada à recuperação política e econômica de Florianópolis, tornando-se local administrativo do estado, com inúmeras funções. E mais recentemente, verifica-se que o processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina se reflete também na expansão da ocupação dos balneários, principalmente na sua porção norte.

O distrito de Ingleses do Rio Vermelho foi uma dessas localidades que se urbanizou a partir dos anos de 1970 e desde então não parou de crescer. Seu processo relaciona-se ao contexto de ascensão e decadência da pequena produção açoriana. A forma como se constituiu o espaço rural do distrito no século XVIII está vinculado a estruturação da pequena produção mercantil rural e pesqueira. Esta pequena fração social que se formava, se organizou de acordo com a divisão social do trabalho nesta área. Na extensão da praia dos Ingleses, primeiramente, se constituíram os ranchos de pesca e posteriormente as salgas; neste processo a família toda participava, mas cada pessoa tinha sua função. Seguindo mais a nordeste do distrito, estavam dispostos a produção policultura de mandioca, feijão e amendoim. Havia também a criação de alguns animais distribuídos nas terras de uso comum.

A partir dos anos de 1950/60 esta realidade começa a mudar, com a terra se transformando em mercadoria, ou seja, propriedade privada sujeita a gerar lucro. Assim, muitas famílias locais comercializam suas terras próximas a praia a “preços de banana” e passam a viver cada vez mais longe delas. Em 1970 as praias adquirem um outro valor social; esta cultura de lazer e tranquilidade propagadas em todo o país, transformam esses espaços em locais turísticos nacionais e internacionais.

Desta forma, os capitais comerciais, varejistas, imobiliários e turísticos passam a comandar o desenvolvimento deste espaço. Estes empresários ao adquirirem poder político ou influência na sociedade como um todo, passam a pressionar o poder público em suas mais diversas escalas (federal, estadual e municipal), para a realização de seus interesses exclusivamente econômicos. Entretanto, o processo de acumulação capitalista se realiza dentro do sistema completo, isto é, produção, distribuição, circulação e consumo, mas para tanto é necessário a formação de um corpo social mais robusto. Daí a necessidade das populações nas cidades.

As constantes migrações que ocorrem no território brasileiro, devido a uma série de fatores, sobretudo daqueles ligados a um desenvolvimento desigual das regiões, resultam num fluxo migratório para outras localidades que ofereçam múltiplas possibilidades. E são nas cidades que grande parte da população encontra este desejo. Mas, com um espaço urbano inserido na lógica capitalista, proporcionando lucros a uma série de agentes imobiliários, proprietários e Estado, a tendência é a expansão do processo de urbanização para um fim único, o lucro.

Assim, a população passa a sofrer uma série de situações decorrentes das contradições do sistema capitalista: a falta de emprego, a falta de moradia ou a sua precariedade, a desigualdade social e espacial. O resultado disso gera a marginalização da população, os limites de acesso, a violência e um crescente mercado ilegal.

O distrito dos Ingleses do Rio Vermelho produz estes fatores contraditórios no espaço. Atualmente pode-se encontrar localidades com alto padrão de vida e com todas as possibilidades que o espaço permite acessar, e outras como a comunidade do Arvoredo e parte do bairro do Capivari repletas de carências. Essas diferenças sociais, combinadas com um número crescente de população urbana, podem produzir um estado de violência social generalizada e assim não é por acaso que a região norte se tornou uma das mais violentas de Florianópolis e o distrito de Ingleses o segundo bairro mais violento da Ilha de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Insular. P. 127-140, 2000
- _____ **Considerações sobre a urbanização do litoral catarinense**. In: Simpósio de Geografia Urbana, X, 2007, Florianópolis. *Anais Simpósio de Geografia Urbana*. Florianópolis: SIMPURB, 2011. p. 01-08.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC ed. / Ed. UFSC, 1991.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina**. *Geosul*, Florianópolis, v.17, n.34, p113-135, jul./dez.2002
- CHOLLEY, A.. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**. N. 179 e 180. Rio de Janeiro, 1964.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. Editora Ática, São Paulo, 1985.
- BASTOS, J.M. & CASARIL, C. **Formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliação à discussão teórica**. *Geosul*, Florianópolis, v. 31, n. 62, p 271-298, jul./ago. 2016
- COUTO, Marcelo Machado. **Ingleses do Rio Vermelho (Florianópolis/SC): Um Distrito, duas realidades. Questões históricas e outros determinantes acerca do desenvolvimento urbano da região nos últimos vinte anos (1991-2010)**, Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- FERREIRA, Tania M. Machri. **Distrito de Ingleses do Rio Vermelho - Florianópolis um espaço costeiro sob a ação antrópica**, Florianópolis, 1999 (dissertação de mestrado)

GARCIA, 2016. **Entenda a crise econômica**. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica> Acesso em: 25 de novembro de 2018

GOMES, Francielly dos Santos. **Do rural ao urbano: o caso do distrito de São João do Rio vermelho (Florianópolis –SC)**, Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HERMANN, M.L.P. & ROSA, R.O. **Mapeamento Temático do Município de Florianópolis: Geomorfologia**. IBGE/IPUF. 1991. 19p.

BGE. Censo Demográfico 1940. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1952 (Série Regional, parte 19)

_____ Censo Demográfico 1950. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro 1955 (Série Regional, volume 27, tomo 1) 88.

_____ Censo Demográfico 1960. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro (Série Regional, volume 1, tomo 15, 1ª parte).

_____ Censo Demográfico 1970. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro (Série Regional, volume 1, tomo 20).

_____ Censo Demográfico 1980, dados distritais. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro 1982 (volume 1, tomo 3, número 19).

_____ Censo Demográfico 1991. Santa Catarina. Rio de Janeiro: Número 23.

_____ Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro 2003.

_____ Censo Demográfico 2010. Santa Catarina. IBGE, Cidades.

JESUS, Giselli Ventura de. **Desenvolvimento urbano da porção norte da Ilha de Santa Catarina**, Florianópolis, 2017, (Tese de doutorado).

JESUS, Giselli Ventura de; BASTOS, José Messias. **As políticas de planejamento e a valorização da terra: caso de Florianópolis (SC)**. Revista Percusos. Florianópolis, v. 16, n.30, p. 185 -202. Jan./abr.2015

LOPES, Bertimes di Bernardi. **Origem, desenvolvimento e Impacto dos grandes empreendimentos turístico em Florianópolis**, 2015, (Tese de doutorado).

MAMIGONIAN, A. Vida regional em Santa Catarina. Orientação. São Paulo: USP/IG, 1966.

_____. A Geografia e a “formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Gênese e objeto da Geografia: passado e presente. **Geosul**. Florianópolis: GCN/UFSC, 1999.

_____. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**. Florianópolis, v. 14, n. 28, jul/dez, 1999.

_____. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/UFSC, 2011.

MARX, karl. **A chamada acumulação primitiva**. In: Marx Karl. O capital Vol. 2º Edição, São Paulo. Ed nova cultura. Ltda. pag. 828 – 882.

MONTEIRO et. alo O Brasil Meridional. In: IBGE. Panorama regional do Brasil. Rio de Janeiro, 1967 .

PELUSO JÚNIOR., V. A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1983.

_____. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out./dez., 1981.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3ª edição. Editora Hucitec , São Paulo, 1990.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Porto Alegre: Moviemnto; Brasília; MINC/ Pró- memória/ INL, 1987.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. Boletim Paulista de Geografia, 1980.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**/ Célia maria e Silva: - Florianópolis: C.M. E Silva, 1992.

SOUTO MAIOR, Ariadne S. **Povoamento**. In: IBGE. Geografia do Brasil: Grande Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE/DIGEO, v. IV, t. 11, 1968

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções-viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno Norte-Ilha**. 1994, 00F. Dissertação- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1994.

TRICART, Jean. **Contribuição ao estudo das estruturas urbanas**. Boletim Geográfico no. 135. p. 473-48. IBGE, novembro-dezembro 1956

VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. Geossistemas de Santa Catarina. In: Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. Isa de Oliveira Rocha (Org.). Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.

VIEIRA, M.G.E.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Formações sócio-espaciais catarinenses: notas preliminares. In.: **Anais do congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.